

tempo e presença

Publicação de KOINONIA • Nº 295 • Setembro/outubro de 1997 • R\$ 3,00

Canudos: cem anos depois



Democracia no cotidiano

**ÉTICA
COMPROMISSO
COM A VIDA**

ÉTICA – NOVOS E VELHOS DESAFIOS

Em 1992 TEMPO E PRESENÇA publicou uma edição especial sobre ética. Passados cinco anos, e com as rápidas modificações que têm ocorrido neste final de século, resolvemos solicitar a alguns dos nossos colaboradores que haviam escrito naquela ocasião, que examinassem as considerações feitas sobre a temática e as atualizassem diante do momento atual. Nas relações internacionais, na ética do cotidiano e na complicada conexão ética e política, Júlio de Santa Ana, Régis de Moraes e Luis Alberto Gómez de Souza, (com base no legado de Betinho) fizeram instigantes avaliações do processo que tão intensamente estamos vivendo e indicaram tendências a serem discutidas.

Aspecto preponderante no atual debate sobre ética é a relação com a globalização do mercado. A tendência de se abolir da economia o conceito normativo de valor começa a encontrar resistências cada vez mais fortes e organizadas. A produção do bem-estar apenas para uma parcela da população tem sido a tônica dos projetos políticos econômicos vigentes em nossos países. Ainda não se encontrou solução para a contradição básica da economia de mercado — a relação entre eficiência e justiça. E essa é uma tarefa ética fundamental para ser enfrentada e que vem associada à problemática cada vez mais aguda do desemprego estrutural, da mobilidade crescente do fluxo financeiro e da crise ecológica.

Nesses momentos em que o poder dos meios de comunicação social é cada vez mais efetivo, abre-se novamente a interrogação: até onde eles produzem os padrões éticos da sociedade atual ou são apenas reflexo dos valores sedimentados da nossa atual estrutura social? O recente episódio da morte da princesa Diana trouxe novamente à tona essa polêmica. Questões novas ou novas faces de desafios antigos?

Neste mundo onde se acentuam os valores do capitalismo moderno, em que as coisas do presente são as que contam, em que se valoriza a importância do “aqui e agora”, em que o individualismo impera sobre o comunitário e a solidariedade é excluída do ideário dominante, há ain-

da lugar para a utopia, principalmente na educação? Será que os sonhos safram de moda? E ainda mais grave, as utopias, passaram a ser encaradas como um mal a ser combatido? Isso se torna mais evidente quando relacionado com a educação, que é sempre um projeto de criação de um mundo onde o homem busca dar vida aos seus valores, onde se investe no futuro com esperança e alegria. A anulação da utopia significa a impossibilidade da renovação, da mudança, da conquista do sonho.

No mês de outubro estamos lembrando cem anos do massacre de Canudos. Por que esse episódio está atraindo tantas atenções, com lançamento de livros, filmes, promoção dos debates e discussões? O que tem a nos dizer na atualidade brasileira? Canudos levanta questões que incomodam a má consciência nacional. As últimas revoltas populares, principalmente no campo, tiveram o mesmo tratamento, guardadas as respectivas proporções, de morte e violência. A contemporaneidade de Canudos está comprovada num excelente artigo de Ruben Siqueira que oferecemos aos nossos leitores nesta TEMPO E PRESENÇA.

No intuito de socializar os resultados da pesquisa sobre a realidade urbana desenvolvida pelo CERIS, publicamos considerações sobre uma temática permanente e que se tornará mais aguda no próximo ano — a construção da democracia, forjada no cotidiano dos indivíduos e da comunidade.

Duas experiências ecumênicas enriquecem esta edição, refletindo sobre práticas extremamente desafiantes e questionadoras: como as igrejas cristãs se relacionam com os povos indígenas, sua cultura e religião e a constante luta pelos direitos humanos na sociedade brasileira.

Esperamos que esse conjunto de temas tão relevantes e atuais que TEMPO E PRESENÇA contém possa contribuir para reforçar esperanças, alimentar sonhos e indicar pistas para o projeto comum de uma sociedade que seja morada alegre para todos.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

REALIDADE URBANA 4

Publicamos nesta edição o quarto artigo, de uma série de cinco, fruto da pesquisa realizada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) sobre a realidade urbana no Brasil. O tema enfocado é a construção da democracia no cotidiano das cidades. O quinto artigo tratará de *Atores sociais no espaço público: novos perfis*.

Novas e velhas questões – Um balanço dos desafios éticos que foram abordados cinco anos atrás é retomado nesta edição, quase que pelos mesmos autores. Veja o que continua atual e as novas questões.

Páginas 5 a 16

Mercado e meios de comunicação

A tentativa de eliminar da esfera do econômico a problemática ética e a polêmica de como os meios de comunicação social formam valores éticos. Página 17

Educação e utopia – Pensar a educação como atividade imaginária é tê-la sempre como um projeto de criação do mundo humano. Ela é o terreno onde se investem as esperanças que constróem o futuro da humanidade. Página 19

Atualidade de Canudos – Os cem anos de Canudos são oportunidade para se despertar a consciência nacional para velhas questões que não foram resolvidas e que são enfrentadas ainda hoje com o uso da força bruta. Canudos repete-se nos dias atuais. Página 27

Experiências ecumênicas – Apresentamos duas organizações da sociedade civil, incluindo igrejas, que têm enfrentado a problemática dos povos indígenas e dos direitos humanos. São sinais de vitalidade do nosso povo. Páginas 36 a 40

SUMÁRIO

Ética

- 5 CINCO ANOS DEPOIS...
Júlio de Santa Ana
- 9 RETOMAR A ÉTICA
À LUZ DE NOSSO TEMPO
Régis de Moraes
- 12 O LEGADO DE BETINHO:
A ÉTICA NA POLÍTICA
Luiz Alberto Gómez de Souza
- 14 OS DILEMAS ÉTICOS DE
UMA ECONOMIA DE MERCADO
Manfredo Araújo de Oliveira
- 17 A SÍNDROME DE LADY DI
Ricardo Kotscho

Educação

- 19 ENTRE O CONFORMISMO
E A UTOPIA?
Lílian Valle

Realidade urbana 4

- 23 DEMOCRACIA: UMA CONSTRUÇÃO
SOCIAL NO COTIDIANO
Andréa Damacena

Canudos

- 27 UM BRASIL CHAMADO CANUDOS
Ruben Siqueira

Igreja

- 32 SÍNODO DOS BISPOS PARA A
AMÉRICA: ENTRE O PESSIMISMO
E A ESPERANÇA
J. B. Libâneo

Rubem Alves

- 34 O NOME

Experiência ecumônica

- 36 GTME: SERVIÇO MISSIONÁRIO
DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS
INDÍGENAS
Jonas Furtado do Nascimento

Justiça

- 39 COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA
E PAZ: MUITO ALÉM DOS
DIREITOS HUMANOS
Francisco Whitaker

Bíblia hoje

- 41 DENÚNCIA DOS CAUSADORES
DA RUÍNA DO Povo
José Adriano Filho

Livros

- 43 PARA VOCÊ LER

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Nesta edição usamos diversas fotos que nos foram cedidas por Evandro Teixeira, parte de seu acervo sobre Canudos. Recentemente Evandro Teixeira publicou um excelente livro de fotos, *Canudos 100 anos*, complementado por texto de Ivana Bentes (Editora Textual, 1997).



Canhão "A Matadeira", usado no ataque final a Canudos

tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA
Setembro/outubro de 1997
Ano 19 - nº 295

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivone Gebara
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Luiz Eduardo Wanderley
Maria Luiza Rückert
Paulo Ayres Mattos
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES
Magali do Nascimento Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

REDATOR
Paulo Roberto Salles Garcia

DIGITADORA
Mara Lúcia Martins

CAPA
Martha Braga

PRODUÇÃO GRÁFICA
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS
Grafex

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Sou-lhe grata por esta revista que há anos venho recebendo. Tem me ajudado muito nos meus conhecimentos e também para meus amigos, principalmente os universitários. Ela é riquíssima em conteúdo.

Marlene Bertão

Presidente Médici/RO

A revista de KOINONIA é de excelente qualidade, pois aborda temas atuais e diferentes da maioria dos meios de comunicação; esta revista não está vinculada à ideologia da classe dominante. Quanto ao trabalho de vocês, a única coisa que reclamo é quanto ao atraso das revistas, e não sei se isso é culpa da equipe ou do correio e fora isto vocês executam uma trabalho de excelente qualidade.

Ademilde R. de Menezes Reis

Pres. Tancredo Neves/MG

Parabéns pela TEMPO E PRESENÇA sobre Educação e Cidadania! Ficou muito boa e eu pedi 20 exemplares para o pessoal do Fórum de Educação da Zona Leste, que nós assessoramos.

Elie Ghanem- Ação Educativa
São Paulo/SP

A alegria é grande em ler uma revista que se preocupa em informar a comunidade a respeito de conteúdos tão importantes para a nossa formação frente a tantos desafios.

Conheço a revista há alguns anos e gostaria de tornar-me assinante.

Irmãs Missionárias

Carmelitas

Breu Brana/PA

Este Centro recebeu o nº 293 (maio/junho de 1997) de TEMPO E PRESENÇA, e muito agradece, cumprimentando aos editores pela excelência da publicação.

Maria Odete Ferreira/Centro de Estudos Africanos/USP

São Paulo/SP

Aproveito para felicitá-los pela revista TEMPO E PRESENÇA neste continente bombardeado, desde todos os rincões violentados pelo poder neoliberal. Sua participação é muito importante na luta contra esse poder neoliberal. Avante, irmãos. Isso se faz presente.

Walter Omar Abib

Artigas/Uruguai

Gostaria de agradecer as publicações e informes publici-

tários sobre o material editorial de vocês. Sem dúvida alguma são excelentes publicações e que muito têm contribuído para a informação de seu público leitor. Parabéns.

Cláudio Braga

Recife/PE

Tenho uma imensa alegria e um grande prazer em manter contato com a equipe tão maravilhosa de uma entidade séria respeitada e reconhecida em toda América Latina como TEMPO E PRESENÇA. TEMPO E PRESENÇA é um veículo de comunicação alternativo e opcional, age com uma contínua ação transformadora semeando num mundo sementes de justiça, paz, amor e solidariedade para construímos juntos a sociedade tão desejada, justa e fraterna.

Maura Maria de Oliveira

Fortaleza/CE

Me emocionei ao ler o artigo de Jether Ramalho sobre Betinho. Ele conseguiu falar do segredo que marcou a caminhada desse homem: ser uma pessoa comum e falar nessa condição. Parabéns!

Antonio Carlos Ribeiro

Serra/ES

AINDA NÃO ASSINOU TEMPO E PRESENÇA?!

Porque assinar TEMPO E PRESENÇA não é assinar uma revista qualquer?

Quem assina TEMPO E PRESENÇA não apenas remete uma contribuição financeira que sustenta a produção da revista, mas apóia a continuidade dela e manifesta solidariedade com a causa ecumênica, que é a razão de ser do nosso projeto: a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

KOINONIA/TEMPO E PRESENÇA não tem fins lucrativos, as assinaturas são apoios financeiros para a manutenção das publicações. Cada leitor(a)/assinante é um(a) colaborador(a). Por isso, queremos contar com você nessa comunidade de milhares de leitor(a)s de todo o Brasil e do exterior.

FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA ANUAL por apenas R\$ 18,00. Caso queira tornar-se assinante de apoio, envie-nos R\$ 25,00. Para o exterior, a assinatura custa US\$ 50,00. Basta remeter um cheque nominal à KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, recibo de vale postal ou recibo de depósito na conta Bradesco 15245-5, agência 1745-0, para:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 - Rio de Janeiro/RJ
Tel. 021-2246713 Fax. 021-2213016 E-Mail: koinos@ax.apc.org



Marta Strauch

CINCO ANOS DEPOIS...

Júlio de Santa Ana

Após cinco anos, o autor revisita o tema dos desafios éticos nas relações internacionais. Menos otimista, ele defende a necessidade da experiência ética — que apela à inovação e à mudança — para enfrentar os tempos atuais

Os bons amigos de TEMPO E PRESENÇA me pedem que volte a escrever sobre um tema que resultou num artigo publicado na revista há cinco anos: “Desafios éticos no campo das relações internacionais”. Li o artigo outra vez e duas coisas me chamaram a atenção. Por um lado, que os termos da parte analítica podem ser reafirmados nos dias atuais. Pouca coisa mudou no último quinquênio: as relações econômicas acen- tuaram as disparidades entre as áreas centrais do sistema econômico e suas periferias. Os centros tradicionais do sistema, assim como o Leste asiático

(que deve ser considerado como um poderoso centro emergente), continuam acumulando riqueza e crescendo de forma contínua. Por exemplo: a China alcançou no decorrer destes últimos anos índices de crescimento superiores aos 10% anuais. Os Estados Unidos aumentaram seu ritmo de progressão econômica, enquanto os países que constituem a União Europeia apresentam taxas mais modestas de aumento da produção nacional. Importa reconhecer também que houve crescimento em outras partes do planeta, entre elas na maior parte das nações sul-americanas.

Quem quiser suspender as normas morais vigentes, ou ainda, ser mais radical e romper com elas será considerado, no melhor dos casos, um sonhador, um poeta, alguém que se coloca fora da realidade

Não obstante, observa-se, no plano interno, que houve também um aumento no número de pobres. Isso introduz um fato novo na análise, pois o tipo de pobreza que foi produzido durante os últimos anos é considerado resultado de processos de exclusão; ou seja, trata-se de pobres que dificilmente poderão encontrar espaço no sistema dominante. O fenômeno da exclusão é dolorosamente vivido por pessoas que passam a ser dispensáveis, descartáveis. Não são necessárias nem para o mercado (como consumidoras) nem para a produção (como trabalhadoras da esfera informal).

A existência de um número crescente de excluídos oferece desafios muito grandes para quem tem a responsabilidade de administrar a organização social no mundo contemporâneo, fenômeno relacionado com uma transformação qualitativa da produção: novas tecnologias criam uma sobra de mão-de-obra. Isso permitiria diminuir a quantidade de horas de trabalho. Entretanto, a opção do capital é a de reduzir o número de trabalhadores (o que permite uma economia em termos de encargos sociais). Entre os membros da força de trabalho isso significa que hoje se prefere o "emprego" (não importa qual) ao "trabalho". O primeiro evita a exclusão, permitindo a cobertura dos gastos necessários para viver. O segundo, entendido como a ação que dá significação e

possibilidades de realização pessoal aos trabalhadores, torna-se algo cada vez mais escasso. A exclusão tem consequências sociais, psicológicas e culturais muito complexas. Estas, indubitavelmente, lançam novos desafios éticos.

IMOBILISMO INCONTESTÁVEL

No plano geopolítico acentuou-se a dominação dos Estados Unidos. É verdade que o número de conflitos internacionais e mesmo domésticos tem crescido em várias regiões do mundo, mas quando os Estados Unidos se mostram dispostos a intervir neles, de maneira direta ou indireta, consegue estabilizar a situação. O poder norte-americano no campo militar é incontestável. A isso se deve acrescentar uma melhora da saúde econômica estadunidense. No Oriente Próximo, na África e mesmo em algumas partes do Sudeste asiático os norte-americanos impõem hoje sua lei; entretanto há situações tão dramáticas para as quais não se sentem atraídos. Com o poder que dispõem no Conselho de Segurança das Nações Unidas, impedem que se organizem missões de paz as quais poderiam introduzir elementos de estabilização em situações altamente conflitivas.

A forma como os Estados Unidos utilizam para paralisar a ação internacional é a sua negativa de contribuir com os enormes recursos financeiros necessários para tornar viáveis essas operações de paz. Diante dessa situação se discute a possibilidade de ampliar o número de membros do Conselho de Segurança da ONU, com a inclusão de países como Alemanha, Japão, Brasil, Índia, etc. Isso obrigaria a reconsideração da questão do direito de voto das cinco potências que controlam hoje o Conselho, entre as quais os Estados Unidos se sobressaem em virtude de seu poder. No momento essa possibilidade se choca com a oposição clara da nação norte-americana.

Em consequência, a situação in-

ternacional se caracteriza por um imobilismo incontestável. Não obstante, algumas mudanças menores têm ocorrido: a dissolução da URSS ensejou a criação de novas nações (antigas repúblicas da União); no centro da África há uma instabilidade quase permanente (só interrompida quando os Estados Unidos decidem intervir, como no caso do ex-Zaire, onde os poderosos interesses estadunidenses decidiram o conflito ao apoiarem francaamente as forças de Kabila).

No plano cultural continua acentuando-se a influência sobre determinante da cultura ocidental moderna. Alguns, entretanto, ao fazerem uma crítica da modernidade, assinalam ele-

TRAÇANDO NOVOS RUMOS

Representantes de vinte países americanos estiveram reunidos na última semana de julho no 7º Fórum de São Paulo. O encontro traçou linhas de ação contra o neoliberalismo. Os 158 delegados dos 58 partidos latino-americanos deixaram o evento convencidos da necessidade de incorporar os movimentos sociais, como os sem-terra no Brasil e os rebeldes zapatistas no México.

As principais medidas anunciadas foram a formação de uma frente de países devedores para a busca de uma solução comum à questão da dívida externa, a luta por um marco ético, legal e político diante da associação de políticos à corrupção e ao narcotráfico e a união de forças para aumentar a participação popular no controle e fiscalização de ações governamentais.

A presença mais celebrada foi a do prefeito eleito da Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas. A virada da esquerda na Inglaterra e França também foi saudada pelos 500 participantes do fórum, que homenageou Che Guevara no trigésimo aniversário de seu falecimento.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 201, agosto de 1997.



mentos do que chamam de "pós-modernidade". Entretanto, é preciso reconhecer que os poderes que controlam a produção cultural massiva em nosso tempo são claramente de características modernas.

Há, todavia, aqueles que consideram que esse excessivo controle cultural constitui parte de uma nova fase da história da cultura moderna e deve ser denominada de "ultramodernidade". A pressão das forças dominantes evidencia-se por meio da produção de uma cultura cosmopolita que, segundo a terminologia empregada por Wallerstein e Heilbroner, é a cultura da classe dominante. Trata-se de uma forma cultural a que aderem os que participam nas esferas de poder em muitos lugares do mundo. Esta tem a capacidade de despertar o desejo de imitar, entre os que não participam nas esferas de poder, formas de comportamento e estilos de vida alienantes e fortemente perturbadores das identidades locais.

O QUE PRECISA SER CORRIGIDO

O artigo publicado há cinco anos terminava com uma nota de otimismo. Hoje tenho a convicção de que aquelas afirmações precisam ser corrigidas. As "novas orientações", indicadas na última parte do texto de então,

só perduram entre pequenos grupos que procuram introduzir uma nova racionalidade neste tempo paradoxal, no qual coexistem a mundialização (entendida como integração de mercados) e a já mencionada exclusão.

Ou seja, no artigo publicado em 1992 se deixou de perceber uma distinção que agora entendo necessária. Uma análise franca da realidade nos leva a ter que reconhecer que a maioria da humanidade aceita o estado de coisas que foi apresentado em forma muito resumida ao falarmos das relações econômicas, do que ocorre no plano geopolítico, assim como no cultural. Isso explica o favor que o "mercado" recebe, não apenas entre os agentes econômicos, mas também entre a maioria dos responsáveis políticos e — o que ainda é mais grave — entre a maior parte dos setores populares.

O favor à situação existente, tão cheia de frustrações e desesperanças, é sinal de um *sentido comum* que domina o espírito de nosso tempo. Isto tem, inevitavelmente, consequências morais. Com efeito, a *experiência moral* se caracteriza, entre outras coisas, por exigir uma adaptação, um ajuste à realidade. Quem quiser suspender as normas morais vigentes, ou ainda, ser mais radical e romper com

elas será considerado, no melhor dos casos, um sonhador, um poeta, alguém que se coloca fora da realidade. No pior dos casos, será visto como um profeta, e como tal enfrentará os poderes estabelecidos, o que o colocará numa situação arriscada. A *experiência moral* possui uma dimensão social inequívoca: é preciso seguir a orientação dos costumes.

Hoje predomina, no plano internacional, esta moral do ajustamento, que impõe a necessidade da adequação à ordem dominante; inserir-se no mercado, aceitar dominações existentes, imitar o modelo cultural que é imposto pela maioria dos *mass media*. A "moral" (que vem do latim *mores*, que quer dizer costume) é altamente necessária para que as práticas sociais sejam homogêneas. Para isso, as formas de comportamento e os valores que elas expressam têm também que ser hegemônicos. Quando se consegue isso, o "sentido comum" prevalece. Quem rompe com ele tem que ser exemplarmente castigado.

TRÍPLICE TOMADA DE CONSCIÊNCIA

É preciso diferenciar a *experiência moral* e a *experiência ética*. Se a primeira exige o ajustamento a uma situação que prevalece, a segunda apela à inovação, à mudança. Ou, para ser ainda mais preciso, ao arrependimento, à transformação do ser.

Paul Ricoeur, o filósofo francês que trabalhou o problema, assinala (segundo seu mestre Jean Nabert) que a *experiência ética* toma forma a partir de uma tríplice tomada de consciência. Em primeiro lugar, da *falta*, que não se constitui tanto na infração de uma norma (isto seria próprio da *experiência moral*) mas do fato de que o ser se sente em falta; ou seja, se manifesta mediante um comportamento que não chega à altura do que experimenta que deve ser. Não se trata tanto de "um ser em falta", mas de uma "falta de ser". Isso se traduz em resignação, em acomodação. Para se chegar a ser é imperativo mudar, transformar-se, viver de outra maneira.

A experiência ética significa que muitas vezes é necessário pôr em jogo a vida para não ser submerso pelo fracasso de ser

Em segundo lugar, há uma tomada de consciência do *fracasso*: queremos fazer algo que não conseguimos plasmar com nossas ações. Já nos escritos de São Paulo essa tomada de consciência é encontrada: “Não consigo entender nem mesmo o que eu faço; pois não faço aquilo que eu quero, mas aquilo que mais detesto. Ora, se eu faço o que não quero, reconheço que a lei é boa; portanto, não sou eu que faço, mas é o pecado que mora em mim. Sei que o bem não mora em mim, isto é, em meus instintos egoístas. O querer o bem está em mim, mas não sou capaz de fazê-lo. Não faço o bem que quero, e sim o mal que não quero. Ora, se faço aquilo que não quero, não sou eu que o faço, mas é o pecado que mora em mim” (Rm 7,14-20).

Esta tomada de consciência de nossos fracassos caracteriza grande par-

te da gesta histórica deste século que está por terminar. É um período no qual grandes aventuras terminaram em desilusões. Em grande parte por não serem suficientemente realistas, mas sobretudo porque não se teve a suficiente coragem para se pagar o preço pelos valores que se proclamavam. Quando isso ocorre, os valores apenas valem, mas não têm substância. O ser do valor adquire densidade, consistência, quando aqueles que os sustentam estão dispostos a se sacrificar por eles. Para dar um exemplo: Nelson Mandela pagou o necessário por seus valores, assim como Martin Luther King, Josimo, os que foram assassinados na luta pela terra e tantos outros. A *experiência ética*, é preciso dizer mais uma vez, significa que muitas vezes é necessário pôr em jogo a vida para não ser submerso pelo fracasso de ser.

Em terceiro lugar, há também uma tomada de consciência da *incomunicação*. Se a moral dominante, como bem o indicou Nietzsche no final do século passado, está orientada pelo ressentimento, a *experiência ética* segue o movimento do amor. E não há amor sem comunicação, sem uma relação entre um “eu” e um “tu”, como o percebeu de maneira tão bela Martin Buber. Nas relações internacionais de

nossa tempo essa relação comunicativa está ausente. Prevalece uma intenção instrumental que torna o diálogo desnecessário. Isso pode ser válido por algum tempo, mas ou menos prolongado. Mas chega um momento em que os homens e as mulheres que desejam ter a experiência do diálogo, da comunicação e do amor sentem que estão sozinhos, tristes, como que desamparados. É preciso mudar. E a transformação envolve todo o ser.

Como mencionei anteriormente, existem alguns grupos pequenos que vivem essa experiência. São eles que constituem o “sal da terra”, “o levedo que leveda toda a massa”. Estes pagam o preço exigido para introduzir uma dose de *bom sentido* num mundo no qual predomina um “sentido comum” que, apesar de ser o que caracteriza as grandes maiorias, não é necessariamente bom. São esses grupos proféticos os que podem implantar, pagando um preço muito alto na maior parte das vezes, um novo sentido do “bem” no mundo internacional.

Foi isso o que permitiu que algumas questões graves pudessem ser transformadas no curso da história: a luta contra a escravidão, contra a pena de morte, pela justiça social, pela paz entre os povos (que não é a mesma coisa que a paz entre os Estados). Se não tivessem existido grupos que se mostraram dispostos a substanciar com o melhor de si mesmos, com suas vidas, seus valores, muitas coisas não se teriam conquistado. Agora o desejo é manter essas conquistas e transcender-las. Isto não é algo que se produz automática e inevitavelmente no processo histórico. Exige fé, coragem, esperança, amor e se traduz numa *experiência ética*, que é a do *valor de ser*.



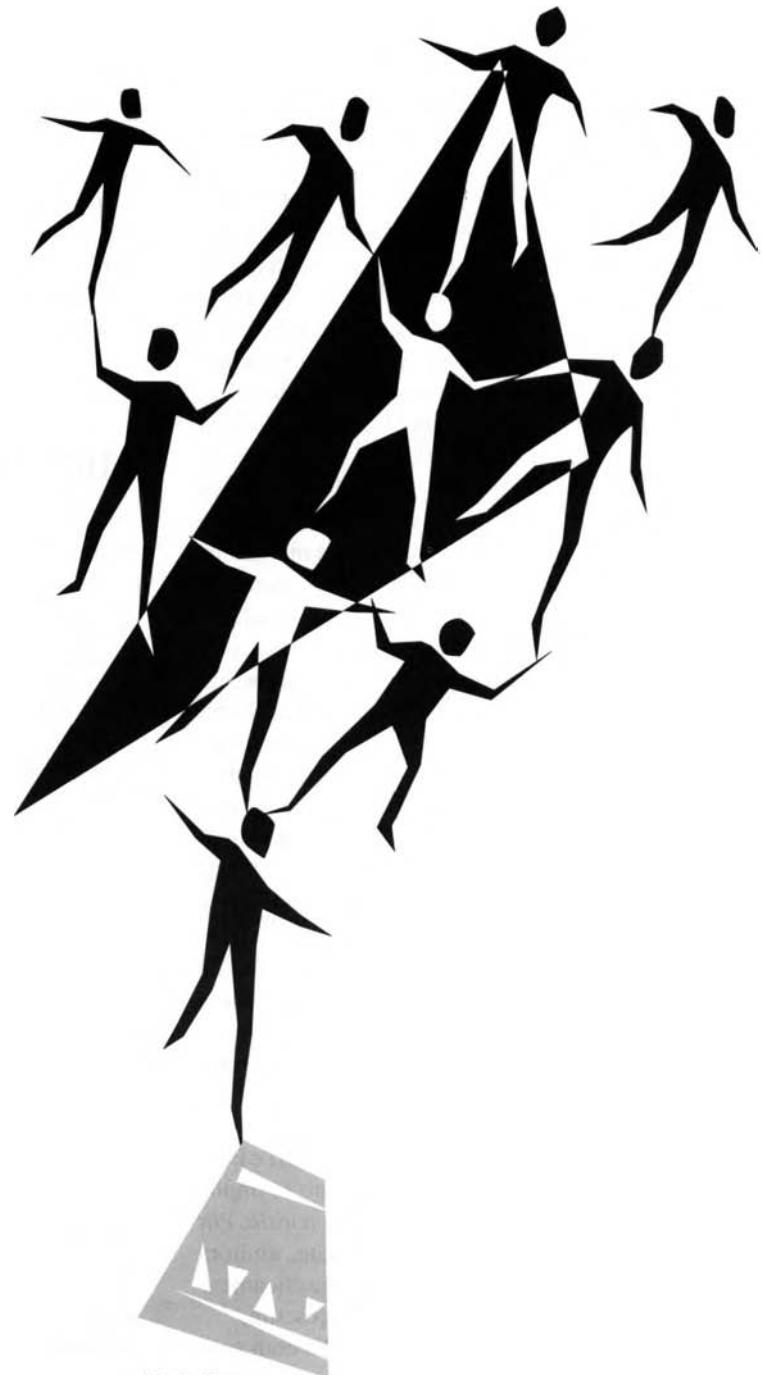
Julio Santa Ana é teólogo uruguai metodista e um dos assessores do Conselho Mundial de Igrejas – CMI. Traduzido por **Zwinglio Dias**, da equipe de Koinonia.

RETOMAR A ÉTICA À LUZ DE NOSSO TEMPO

Régis de Moraes

Denúncias contra massacres diversos, afastamento de um presidente da República, indignações contra o assassinato de índio pataxó são sinais de que a ética, mesmo que em passos lentos, vem sendo retomada. Todavia, como numa “conquista de bravos”, é preciso um contínuo esforço de toda a sociedade para a reconquista da dignidade de vida

Salvo mínimas exceções, nenhum proscrito volta do exílio mandando e desmandando, com força total. Assim, a proscrita de grande parte do século XX — a ética — voltou agindo discretamente. Discreta, mas eficientemente. Ora, por décadas e décadas o Brasil assistiu, resignado e omisso, à descarada falta de honestidade da maior parte dos seus políticos — especialmente em altos cargos. Mas, em 1992, vimos, pela primeira vez, um presidente da República ser destituído pelas pressões da Nação por manter um amplo sistema de falcaturas. Não teremos dado importante passo histórico?



Martha Braga

Se a sociedade, como um todo, optar pela omissão, sem qualquer despertamento ético, será a desistência total

Convém lembrarmo-nos também de que, nos anos de 1950, jovens entediados de classe média atearam fogo em mendigos no "calçadão" de Copacabana, suscitando apenas algumas reações primitivamente vingativas ou simplesmente impotentes; que, neste ano, jovens igualmente degenerados que incendiaram e mataram Galdino, o índio pataxó, em Brasília, provocaram reação nacional, indignação com manifestações públicas em várias metrópoles — com tremenda pressão sobre a magistrada, que entendeu de "aliviar" a situação dos jovens marginais.

Contra os massacres do Carandiru, da Candelária, de Vigário Geral, de Eldorado de Carajás, as forças sensíveis e inteligentes deste país ergueram os punhos em nome da justiça. Entre as ostentações de poder e a humildade do Betinho, o povo escolheu Betinho, na consternação nacional que foi sua morte. E lá fora, entre a arrogância secular da Família Real Britânica e o carisma de generosidade e beleza da Lady Diana, o povo inglês escolheu — no voto esmagador da homenagem silenciosa — a Princesa de Gales.

No âmbito da Igreja Católica, tem-se desenvolvido esforço insano para matar as sementes deitadas ao chão da História pelos papas João XXIII e Paulo VI; e hoje, o ecumenismo se impõe como uma *necessidade planetária*. Por tudo isso se vai vendo que, embora estejamos longe do que seja eticamente ideal, temos feito avanços sim.

Se, seduzidos pela mídia com suas ideologias, olharmos com superfície-

lidade para o nosso tempo, nenhuma esperança nos alimentará. Múltiplos bolsões de resistência, vários enquistamentos antiéticos incomodam estes últimos anos do século presente. Afinal, o redimensionamento ético não é uma mágica, mas uma conquista; e isso mostra-nos que há ainda muito trabalho pela frente, pois não será apenas reencontrarmos um paraíso perdido.

No meio político há coisas denunciadas, cujas punições às vezes não acontecem; em meios eclesiás dão-se lutas — freqüentemente sujas — por poder e status, e tem-se a impressão de tolerâncias coniventes com tais climas. As grandes empresas tentam dulcificar o truculento jogo entre capital e trabalho promovendo seminário com figuras internacionais ou na-

cionais que trazem umas "formulínhas" pasteurizadas sobre qualidade de vida no trabalho. Estes e mais outros são expedientes um tanto desanimadores.

Ocorre, contudo, que décadas atrás as falcatruas não eram sequer denunciadas no meio político, mas aceitas resignadamente por segmentos inertes da sociedade; as lutas por mandos nos meios eclesiás criavam expulsos e mártires e nem eram denunciadas, para avaliação geral; nas empresas, nem tentativas de nada havia, imperando uma crueldade hierárquica que amordaçava os representantes das forças do trabalho.

Num país devastado, ao longo de vinte e um anos, por ditadura militar, com "acordos" entre MEC (Ministério da Educação) e Usaid (programa

ÉTICA E MORAL, A UNIDADE COMPLEXA

Ethos — ética, em grego — designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si.

Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

Na ética há o permanente e o mutável. O permanente é a necessidade do ser humano de ter uma moradia: uma maloca indígena, uma casa no campo e um apartamento na cidade. Todos estão envolvidos com a ética, porque todos buscam uma moradia permanente.

Moral, do latim *mos, mores*, designa os costumes e as tradições. Quando um modo de se organizar a casa é considerado bom a ponto de ser uma referência coletiva e ser reproduzido constantemente, surge então uma tradição e um estilo arquitetônico. Assim, ao nível dos comportamentos humanos, ao nascimento da moral.

Nesse sentido, moral está ligada a costumes e a tradições específicas de cada povo, vinculada a um sistema de valores, próprio de cada cultura e de cada caminho espiritual.

Por sua natureza, a moral é sempre plural. Existem muitas morais, tantas quantas culturas e estilos de casa.

De que forma se articulam a ética e a moral? Respondemos simplesmente: a ética assume a moral, quer dizer, o sistema fechado de valores vigentes e de tradições comportamentais. Ela respeita o enraizamento necessário de cada ser humano na realização de sua vida, para que não fique dependurada das nuvens.

Mas a ética introduz uma operação necessária: abre esse enraizamento. Está atenta às mudanças históricas, às mentalidades e às sensibilidades cambiáveis, aos novos desafios derivados das transformações sociais. Ela impõe exigências a fim de tornar a moradia humana mais honesta e saudável. A ética acolhe transformações e mudanças que atendam a essas exigências. Sem essa abertura às mudanças, a moral se fossiliza e se transforma em moralismo.

Fonte: Trechos do livro de Leonardo Boff *A águia e a galinha*, Editora Vozes, 1997.

Aflorando dos tristes processos de exclusão socioeconômica, as drogas são o fato mais dramático de nosso tempo

de ajuda ao desenvolvimento dos Estados Unidos), com severa repressão às expressões artísticas, com famílias destruídas pelas perseguições policiais-militares, com horrível engessamento político ao estilo norte-americano (dois partidos apenas), as coisas se tornam muito mais difíceis e temos de achar o ponto de equilíbrio entre *ação e paciência histórica*. Implodir enorme edifício é coisa de segundos; mas reconstruí-lo será empreendimento para muito tempo.

Em artigo publicado em 1992 (TEMPO E PRESENÇA), escrevi: “*Ethos* (com a letra *eta*) significa a ‘morada do homem’, o seu abrigo. E daí se deriva um uso metafórico que dá ao vocábulo o sentido de *costumes*, vistos estes como morada racional da vida humana. É fundamental não confundirmos *ethos* (costume racionalmente discutido) com *hexis*, que é puro hábito automatizado. Entendemos, então, a ética como a discussão racional do *ethos*, que ultrapassa o nível prático-moral (individualizante) em direção ao nível teórico-ético (socializante e universalizante). Ora, os temas fundamentais da ética são os da liberdade da vontade e da responsabilidade”. Isto escrevíamos para lembrar a inexistência de *determinismos* culturais, como também a existência forte de *condicionamentos* socioculturais.

Aflorando dos tristes processos de exclusão socioeconômica, tanto quanto dos processos de exclusão emocional (abandono de crianças e adolescentes, pobres e bem dotados, nas ruas

ou dentro de casas desertas ante uma TV idiotizante), vem-nos a coisa mais dramática do nosso tempo: as drogas. De pouco adiantará recorrermos a policiais contra traficantes, pois os primeiros muitas vezes participam do tráfico. Se não ocorre uma recomposição ética da família, se as agências sociais formadoras (família, escola, igreja, clubes, locais de trabalho, etc.) não se dispõem a uma renovação que vise ética e cidadania, nada poderá socorrer as vítimas da drogadição.

Segundo Charbonneau, a história das drogas em nosso século foi marginal e episódica até a guerra no Vietnã, tendo, em seguida, mudado a face da sociedade. Para que agüentassem o absurdo da guerra, tal como se pôde ver em *Apocalypse Now, The Hunter* e *Platoon*, os soldados precisaram afundar-se nas drogas; e depois que os conflitos acabaram precisaram continuar usando-as para aplacar as neuroses. Então, as drogas se tornaram *onipresentes* (nas famílias, nas escolas, nos logradouros públicos — mormente praias —, nos locais de trabalho, em toda parte mesmo). Esta é, portanto, a fase mais delicada e difícil do presente século.

Se a sociedade, como um todo, optar pela omissão, sem qualquer despertamento ético, será a desistência total. É chegado o momento em que a ética não pode mais ser algo deste ou daquele setor, deste ou daquele segmento social. Se quisermos salvar as primícias do nosso tempo temos que, numa *conquista de bravos*, buscar o redimensionamento ético da vida cotidiana. Claro que, quase num lamento, alguns estarão perguntando-se: “Mas o que eu, sozinho, valho ante situação tão tremenda?” Respondemos: “Você vale o que valerem os seus pensamentos, os seus ideais e atitudes”.

Escrevi, no artigo antes mencionado, e agora reitero: “Trazida de volta do deserto, a ética (e só ela) pode dar condições de reordenação material e econômica, de reorganização das relações interpessoais, de proteção da

dignidade do viver. Afinal, a política e a cidadania derivam da ética, como discussão racional da ‘morada do homem’”.

UM CANTO DE ESPERANÇA

Nenhuma hora é hora de desistir. Sempre repito que nós podemos ter tentado muitas alternativas, mas com certeza não tentamos todas. Segundo o filósofo alemão Ernst Bloch, no futuro moram *todas* as possibilidades: as muito boas e as muito ruins. Quais deverão concretizar-se? Isso dependerá da dignidade com que assumirmos nosso momento presente.

Ora, figuras dotadas de agudeza percepциonal como André Malraux, Jacques Leclercq, Fritjof Capra, David Bohm, Gregory Bateson, Stanislav Grof e outras anteviram o século XXI como “o século do espírito” — apontando, a maior parte destes, para uma reconquista da dignidade de viver em plenitude, com qualidade no cotidiano. Kierkegaard lembrou-nos de que o bom remador dá as costas para o lugar que quer atingir, concentrando-se em que “o importante é remar bem agora”.

Ficamos perdidos nos labirintos de perguntas como: “Este é um momento para *soluções estruturais* (em termos de macrossociedade) ou para *conversões pessoais*?” Ora, neste trecho de nossa vida, esta disjuntiva *ou-ou* não tem sentido. Este é momento que exige ambas as coisas se completando mutuamente. O ser humano é passível de uma infinita educabilidade. Se descermos da perfectibilidade humana, teremos chegado ao fim de tudo. Porque descer da perfectibilidade do ser humano é negar o projeto cósmico que o Tu-Eterno estabeleceu para o homem em sua epopeia. Zargwill foi incisivo ao escrever: “Provem-me que não posso mudar o futuro, e me enlouquecerão”.

Regis de Moraes é professor-titular aposentado da Unicamp (livre docente em Filosofia da Educação) e professor-titular da PUC-Campinas.

O LEGADO DE BETINHO: A ÉTICA NA POLÍTICA

Luiz Alberto Gómez de Souza

Faz cinco anos Betinho escreveu nesta revista sobre ética e política e, depois de destacar com melancolia que aqui “política é corrupção”, indicava que cada política tem sua ética e cada ética produz sua política. Em nosso caso, “a classe dominante implantou na política sua própria ética: privatizar o público, enriquecer-se no exercício do poder, etc.”

Era o tempo da campanha pela ética na política que chegaria à deposição de um presidente corrupto. Hoje, Betinho deveria retomar o tema para fazer um balanço do que se caminhou desde aqueles tempos e dos impasses e incertezas que ficam aí.

Betinho partiu. Foi um farol. Sempre aceso que nos apontou caminhos, como a luz bruxuleante de uma vela, frágil no corpo e forte no olhar iluminado e irradiante. Como não pensar nele como uma estrela que segue bem no alto, abrindo caminhos sempre novos. É como se, com seu sorriso matreiro e mineiro, nos estivesse dizendo: agora é com vocês, vão adiante, há muito por fazer...

É difícil escrever este texto. Nunca me custou tanto responder ao apelo de TEMPO E PRESENÇA. Para quem conheceu Betinho em 1957, há quarenta anos, e desde então acompanhou mais ou menos de perto a for-

ça de sua vida instigante — e vida em tal plenitude —, ainda é cedo para deixar cicatrizar uma dor funda e quase impossível de comunicar. Tratarei canshestamente de caminhar com ele e redescobrir nele e em minha geração como ética e política se foram relacionando.

O mundo cristão vivia muitas vezes protegido nos grandes princípios abstratos e temia lançar-se nos perigos e nas ciladas da ação política. Como disse alguém naqueles anos, muitos não sujavam as mãos porque não tinham mãos. Havia, pois, que arriscar. Betinho escreveu então um texto, “Juventude cristã hoje”, retomado como capítulo final de um livro que nós dois organizamos em 1963, *Christianismo hoje*, publicado pela Editora Universitária da UNE e cuja segunda edição foi quase toda destruída no incêndio dessa organização de estudantes, no mesmo dia do golpe militar de 1964. Ali ele nos dizia: “Não ocultamos nossa condição humana na abstração de uma posição mística vazia e individualista, na posição moralista cuidadosa dos puros que se resguardam do mundo. Graças a Deus sabemos que não somos puros e por isso não estamos com pedras na mão. Sabemos que não somos os donos da verdade”.

Vivíamos um tempo intenso, febril e estimulante, no começo dos anos de 1960, com o lançamento de tantas experiências na área da educação, dos sindicatos rurais, dos novos movimentos sociais e da criação da Ação Popular (AP). Nossa geração, e Betinho à frente, foi fundo no mergulho na ação e no engajamento, como então se dizia. Durou pouco o espaço

democrático. Logo chegavam os anos duros do autoritarismo, com exílios, prisões e clandestinidades. Radicalização de uns, acomodação de outros. Num texto admirável pela honestidade e lucidez, no livro coletivo *Memórias do exílio*, ele descreveria a coragem e os terríveis equívocos daqueles momentos. E ali nasceriam duas certezas que o acompanhariam desde então: a convicção democrática inarredável e a imprescindibilidade da âncora ética para qualquer ação.

Da volta ao Brasil até o fim, isso marcaria em fogo vivo todas suas ações. Um de seus últimos textos, ainda em esquema, foi seu plano de trabalho para um projeto que um grupo de universitários preparávamos, infelizmente abortado pelas inéncias institucionais. Estas notas tinham como idéia central “uma nova maneira de fazer política”. E o núcleo desta reflexão estava no parágrafo final de seu artigo para esta revista, há cinco anos: “Política e ética andam sempre juntas. A questão sempre é saber para onde e para o bem de quem”.

MÍSTICA E POLÍTICA

Péguy, poeta e militante, em seu tempo de jovem socialista, escreveu: “Ou a revolução será moral ou não será revolução”. Sua descoberta do cristianismo, surpreendentemente, levou-o depois a uma atitude de distanciamento. Com um texto amargo em que revisava suas opções de juventude (“Notre Jeunesse”) chegou a dizer: “Tudo começa em mística e termina em política”. Num estudo sobre seu pensamento, Emmanuel Mounier, mestre que nos influenciou fortemente, constatava com tristeza que para

ÉTICA E POLÍTICA

No Brasil duas visões, duas éticas, duas políticas disputam a consciência da sociedade. Uma corrompe o público, colocando-o a serviço dos interesses da minoria. Outra restaura o sentido do público como a busca do bem de todos e subordina os interesses de alguns aos direitos da maioria. Uma fundada no individualismo, na competição, no pragmatismo, na indiferença, no cinismo e no culto da violência, cujo deus é o Mercado que, quando sua liberdade é ameaçada, pede socorro à ditadura. Outra fundada nos princípios éticos que norteiam a construção de uma sociedade igualitária, participativa, livre, diversa e solidária. Quem adota a primeira, se corrompe e corrompe a política. Quem adota a segunda, edifica.

Fonte: Extraído do texto "Ética e política" de Herbert de Souza. *Tempo e Presença* nº263, maio e junho de 1992.

Péguy "uma geração fez o caminho inverso e quis descobrir a mística na política". O texto de Betinho citado acima vai nessa direção.

Mas, para entender isso tudo, há que repensar a própria concepção de política e rasgar-lhe os horizontes. Reduzindo-a à chegada ao poder político, para dali mudar a sociedade, numa simplificação muito comum da Revolução Francesa para cá, não escapamos das tentações autoritárias e dos resultados a qualquer preço, com o atropelo dos valores, expulsados mafiosamente para um futuro bem mais a frente. Maquiavel foi o grande mestre de todo este processo.

Entretanto, a arena da ação política não se pode reduzir aos espaços do poder do estado, mas tem de se ampliar para a ação em toda a sociedade. O político em sentido estrito (ação na esfera do estado) não perde sua importância, mas se inscreve num contexto maior e de certa maneira deixa de ter uma exclusividade enganosa.

Às vésperas da última eleição pre-

sidencial, Betinho escreveu um pequeno artigo admirável, que irritou certos setores de uma esquerda tradicional. Para ele, o futuro do País e da política não podia escolher-se no ganha-e-perde da escolha de um presidente. O título era bem claro: "Oposição pela sociedade". Ele e muitos de nós decidimos trabalhar ao nível da sociedade e dos movimentos sociais e não nos filiamos a um partido político. De nenhuma forma saímos da arena política, em sentido amplo, mas apenas quisemos reforçar alguns outros espaços indispensáveis para uma transformação social profunda.

Creio que se pode dizer que tudo isso vem sendo feito a partir de uma convicção: não se muda a sociedade por decreto ou por obra de um voluntarismo de vanguardas iluminadas (ou auto-suficientes e arrogantes). A construção da democracia é um lento e às vezes penoso processo. Para isso, temos de construir um espaço público que rompa as falsas dicotomias entre o estatal e o privado, entre a sociedade civil e a sociedade política em termos estritos.

REALISMO RASTEIRO

É necessário também rejeitar um pragmatismo míope, que busca resultados imediatos, baseados em análises de conjuntura circulares e tautológicas, que congelam a realidade e nos condenam a aceitar as regras do jogo que estão postas pelos setores dominantes da sociedade. Está em voga um "discurso único" que quer convencernos do fim das utopias, propondo um realismo rasteiro e asfixiante. É quando temos de redescobrir novos horizontes, novas propostas possíveis em tempos mais longos, numa história que não está condenada ao fatalismo. Tudo isso só será possível à luz dos grandes princípios éticos. Temos, pois, a ética como foco inspirador e norteador. Há coisas que são insuporáveis e intoleráveis.

Palavras indignadas é o título de um dos livros de Betinho. E ele foi, nos últimos anos, a grande consciên-

cia ética deste país. Diante do cinismo e da petulância de uns ou a desesperança de outros, Betinho nos diz que há que acreditar na política no seu sentido mais amplo, de ação na sociedade como um todo, na direção de uma grande mutação social deste fim de milênio, cheio de riscos e de possibilidades, e à luz dos grandes valores da democracia e da justiça. Para isso, ele quis pôr todas as potencialidades das mudanças tecnológicas da informática a serviço das forças populares que estão fora dos círculos dominantes. Começou assim a experiência do Ibase e, antes da Internet entrar em moda, foi criado o serviço do Alternex.

Betinho sempre apostou no valor das experiências de base, concretas e com os pés no chão, diversificadas e livres de modelos aprioristas. Mas essas experiências, para sobreviver e irradiar seus achados, precisam inter-relacionar-se em redes flexíveis de intercomunicação, sem dirigismos ou controles centralizadores. Nesse período nasceu a Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome e pela Vida, que se dirigiu a todos e a todos convocou para uma grande concentração de solidariedade.

Betinho, que tanto viveu e tão intensamente, vencendo sem trégua os limites de seu corpo com a força fulgurante de sua capacidade de amar e comunicar-se, nos deixa como legado marcado a fogo e guardado firmemente em nossos corações, a afirmação teimosa de que não podemos renunciar aos grandes princípios que buscam construir uma sociedade mais justa e mais humana e um planeta onde a vida — e toda a vida — seja maximizada. Ele segue no meio de nós para instigar-nos a olhar e construir mundos novos à nossa frente.

Luiz Alberto Gómez de Souza é diretor-executivo substituto do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e assessor de movimentos populares.

OS DILEMAS ÉTICOS DE UMA ECONOMIA DE MERCADO

Manfredo Araújo de Oliveira

A economia do mercado se defronta com o dilema básico entre eficiência e justiça. Ela se manifesta, atualmente, de forma evidente na crescente onda de desemprego, na crise ecológica e na globalização financeira. Neste artigo o autor discute a tendência de se eliminarem da economia os valores éticos

Se se pode, certamente, falar que houve economia com mercado antes do capitalismo moderno, vamos, contudo, concentrar-nos aqui na economia de mercado típica do capitalismo. Hoje, muitos autores afirmam ser o capitalismo marcado por três características básicas: propriedade privada dos meios de produção; regulação do processo econômico por meio do mercado; e maximização do lucro como objetivo fundamental da atividade econômica. Este último elemento seria o tipicamente moderno e levou o econômico a se constituir como subsistema autônomo no contexto da sociedade, uma realidade desconhecida nas sociedades tradicionais.

Essas transformações fundamentais, que geraram a modernidade, ocorreram no contexto de uma profunda transformação da mentalidade, do horizonte de interpretação de toda a vida, que M. Weber denominou o processo de *racionalização*; ou seja, trata-se da universalização da lógica

da eficiência radicada no conhecimento das ciências empíricas, que substituíram as visões religiosas e metafísicas do mundo.

Hoje se sabe que uma série de outros fatores constituíram pressupostos fundamentais para emergência de uma economia de mercado enquanto economia capitalista. Assim, por exemplo, sem a criação do Estado soberano e sem a racionalização do sistema jurídico não teria sido possível aquela capacidade de contabilidade universal, que é uma das características básicas do capitalismo moderno. Além disso, o quadro institucional, que tornou possível a economia de mercado enquanto economia capitalista, pressupôs o princípio da igualdade formal de todos, a emancipação das pessoas das dependências feudais como, também, a liberdade dos contratos.

Talvez o primeiro pensador, na modernidade, a perceber os dilemas éticos da nova economia de mercado emergente tenha sido Thomas Hobbes, que, buscando encontrar uma saída para esses dilemas, articulou uma tentativa de fundamentação da ética a partir de uma perspectiva puramente estratégico-egoísta, estabelecendo, assim, os pressupostos antropológicos e éticos de uma economia de mercado capitalista. Hobbes parte da afirmação básica de que todos os homens são egoístas racionais. Neste sentido, todos são, absolutamente, iguais na medida em que desejam autoconservar-se e aspiram à satisfação desse desejo. Em princípio, todos os impulsos humanos são igualmente válidos e tendem à sua satisfação.

ECONOMIA SEM ÉTICA

Neste contexto antropológico, que pode ser a ética? Ela se reduz ao cálculo das utilidades. Assim, por exemplo, para ele, o Estado é uma instituição legítima na medida em que está a serviço dos interesses de todos. Para Hobbes, então, o motivo fundamental da ação humana é o egoísmo absoluto: política e economia se legitimam na medida em que estão a serviço da efetivação dessa utilidade racional. Além disso, Hobbes reduziu o trabalho humano a uma mercadoria entre outras e aboliu da economia o conceito normativo de valor. Isso signifcou eliminar, da esfera do econômico, a problemática ética e, consequentemente, reduzir a economia a uma ciência empírica no estilo da ciência moderna, que se entende a si mesma como um saber neutro.

A percepção dos dilemas éticos da economia de mercado do capitalismo levou Hobbes a eliminar a própria questão ética da economia e, portanto, a conceber a necessidade de um puro mecanismo sistêmico para a constituição da sociabilidade, o Estado. A preocupação básica dos antigos em relação à economia, isto é, como se dá a distribuição justa dos bens, é substituída por outra pergunta, situada numa outra forma de racionalidade: qual o mecanismo mais eficaz para a produção das riquezas? Numa palavra, o dilema de base de uma economia de mercado capitalista é a eliminação enquanto tal da ética e a redução da economia exclusivamente a sua dimensão sistêmica. Portanto, não é a economia que se funda na ética, mas antes é o conceito ético de valor que



Carlos Carvalho/ Imagens da Terra

A globalização do mercado financeiro é marca do projeto neoliberal

agora é reduzido aos processos de formação dos preços pelo mercado.

A QUESTÃO DO BEM-ESTAR

No entanto, toda ação humana, tanto individual como coletiva, é, em princípio, aberta a uma avaliação ética, o que significa dizer que, também, seria trágico para a vida humana reduzir a economia a algo puramente sistêmico. Uma avaliação ética da economia de mercado do capitalismo certamente deveria começar pelo fato de que mostrou-se, através dos séculos, muito eficiente na produção de riquezas e do bem-estar. A valoração ética positiva do bem-estar se revela, com clareza, na consideração das terríveis catástrofes provocadas, em sociedades pré-modernas, pela fome, que ameaçaram o bem elementar da existência humana, que é a vida. A própria vida espiritual pressupõe uma certa liberdade da preocupação com a subsistência.

A economia de mercado é um mecanismo voltado à produção eficiente, e não está presente, em sua lógica, a problemática da distribuição equitativa do que é produzido

No entanto, não podemos separar a questão do bem-estar da pergunta por sua distribuição. Para quem a economia de mercado capitalista produz bem-estar? Ela é um mecanismo voltado à produção eficiente e não está presente, em sua lógica, a problemática da distribuição equitativa do que é produzido. Deixado nele mesmo, o mercado pode ser enormemente eficaz na produção de riqueza, provo-

cando, ao mesmo tempo, o crescimento das desigualdades, ou seja, aprofundando a injustiça. Entre 1965 e 1990, a produção mundial de riquezas cresceu 10% e a população do planeta duplicou. No mesmo espaço de tempo, a participação dos países ricos na apropriação desta riqueza subiu de 68% para 72%, tendo sua população diminuído de 30% para 23%. A apropriação das riquezas pelos 20% mais ricos da população mundial passou de 72% para 83%, enquanto entre os 20% mais pobres caiu de 2,3% para 1,4%.

Numa palavra, o dilema básico inerente à economia de mercado é a relação entre eficiência e justiça. Ninguém, em sã consciência, pode renunciar à questão da eficiência na produção de bens, sobretudo num caso como o nosso onde o processo produtivo, que está voltado para 30 milhões, precisa passar a produzir para 160 milhões. Porém, a eficácia sem justiça frustra a finalidade básica da atividade econômica, que é a satisfação das necessidades dos seres humanos, tornando-a, assim, aética.

DESEMPREGO ESTRUTURAL

Este dilema de fundo da economia de mercado capitalista manifesta-se, em nossos dias, sobretudo em três questões centrais, que afetam profundamente a vida de nossos povos. Em primeiro lugar, o desemprego estrutural, fruto da própria dinâmica tecnológica do sistema. Não é sem razão que se denominou esta questão a *nova questão social*, que assola o mundo no final do milênio. A economia de mercado capitalista, por um lado, se a compararmos com outras culturas, foi a forma de produzir que pôs o trabalho em seu centro; por outro lado, vinculando-se à tecnologia, que é fruto da ciência moderna, a economia de mercado moderna está produzindo um mundo em que cada vez menos se necessita de trabalho físico sem que com isso se ponha em crise a produção de riquezas. Com enorme rapidez, cada vez mais a ciência e a

MAIS DA METADE DOS EMPREGOS LATINOS É INFORMAL

Cinquenta e seis por cento da população economicamente ativa da América Latina sobrevive com empregos informais, sem qualquer tipo de garantia oficial, informou o diretor regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Victor Tokman, durante o seminário "Integração do setor informal ao processo de modernização".

Na presença de representantes de Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador e Jamaica, o executivo da OIT declarou que o fato de mais de metade dos trabalhadores latino-americanos desempenhar atividades informais decorre da necessidade de sobreviver ao processo de modernização que hoje atravessa o Continente.

Os protestos contra as demissões de trabalhadores são hoje diários no continente. Trabalhadores dos setores de telecomunicações e de transportes protestaram na Colômbia contra mudanças feitas pelo governo na lei que garante a estabilidade nestes segmentos. Os empregados, na sua maioria de estatais, reclamam na verdade do fim do monopólio no setor de ligações telefônicas de longas distâncias.

Fonte: Jornal do Brasil, 27/8/1997.

tecnologia se transformam nos fatores mais importantes da produção.

O dilema entre eficiência e justiça se manifesta aqui como problema da manutenção de uma multidão de pessoas estruturalmente desempregadas; ou seja, se repõe, então, de forma dramática, nessa nova situação, a questão da distribuição da riqueza. A automação e a robotização provocarão um incremento, cada vez maior, de produtividade e da riqueza, socialmente produzida, reduzindo, espeta-

O dilema básico inerente à economia de mercado é a relação entre eficiência e justiça

cularmente, a demanda de trabalho humano. Isso afetará massas inteiras de população, até mesmo na determinação do próprio sentido da vida, uma vez que a economia moderna fez do trabalho a motivação fundamental da ação humana: o trabalho significou o símbolo da autonomia e da integração social. A dinâmica da economia moderna de mercado chegou a uma situação em que se pode, em princípio, abrir para todos a possibilidade de se beneficiar de um bem-estar sem precedentes na história da humanidade. No entanto, o mercado, deixado em si mesmo, só poderá multiplicar as desigualdades já existentes.

NATUREZA AMEAÇADA

Em segundo lugar, a crise ecológica: hoje a humanidade já tomou consciência de que a universalização dos padrões de desenvolvimento e consumo dos países desenvolvidos conduziria a um apocalipse ecológico. Isso se explica pelo fato de que a natureza, enquanto pressuposto das forças humanas e espaço de habitação para a humanidade, não é, infinitamente, explorável, mas fundamentalmente limitada e, enquanto ecoesfera do homem, um sistema funcional de equilíbrio, cuja destruição afeta, em profundidade, as condições de vida do ser humano no planeta. Certamente, sem a economia de mercado capitalista, ou seja, sem o capitalismo industrial e, sobretudo, sem sua vinculação com os novos ideais de felicidade das massas modernas, não teríamos chegado a esta situação. As atuais condições de contorno do capitalismo industrial fazem avançar o processo de destruição da natureza

muito mais fortemente do qualquer forma de economia do passado.

FLUXOS FINANCEIROS

Por outro lado, em terceiro lugar, a globalização da economia de mercado capitalista, fruto da última revolução tecnológica, criou um contexto novo para a consideração da problemática do que, no passado, foi chamado de Terceiro Mundo, na medida em que ela gestou uma nova ordem internacional. Um primeiro elemento fundamental desta nova situação é a própria mobilidade crescente dos fluxos financeiros e seu impacto sobre as políticas monetárias e cambiais das economias nacionais. A volatilidade dos capitais a curto prazo, que pode gerar imprevisibilidade e instabilidade financeiras, e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra as moedas nacionais, constituem uma enorme ameaça à estabilidade econômica e ao nível de emprego nesses países. Para o Terceiro Mundo, se a globalização representa a abertura de novas chances de produção, ela tem, contudo, significado o agravamento das desigualdades sociais, decorrentes das diferenças qualitativas de trabalho, das competências e habilidades, da perda de prioridade das políticas de emprego, do abandono das políticas sociais e dos mecanismos reguladores do processo de produção, da incapacidade de adaptação aos novos padrões de produção.

Desemprego estrutural, crise ecológica e nova problemática da relação Norte-Sul são problemas extremamente sérios que revelam, com toda clareza, a dramaticidade dos dilemas éticos de uma economia de mercado capitalista. Se não formos capazes de enfrentar esses dilemas, talvez a sobrevivência do ser humano em nosso planeta se torne impossível.

Manfredo Araújo de Oliveira é filósofo e teólogo católico, autor de *Ética e economia* (Ática) e *Ética e sociabilidade* (Loyola).

A SÍNDROME DE LADY DI

Ricardo Kotscho



Calciu

Numa breve reflexão, o autor expõe a hipocrisia do público diante dos programas oferecidos pelos meios de comunicação e chama a atenção para a ética que deve nortear as atividades do jornalista para fazer da imprensa um serviço público de fato

vida simplesmente reproduzisse o que leu e ouviu.

Mas não foi bem assim. Antes mesmo que a polícia francesa revelasse os primeiros resultados da perícia — depois de tomar duas garrafas de vinho, o motorista dirigia a Mercedes com os dois enamorados a quase 200 quilômetros por hora —, as opiniões variavam da condenação pura e simples da imprensa ao questionamento do comportamento das celebridades e da própria sociedade consumidora dos escândalos flagrados pelos *paparazzi*.

Quem melhor definiu esta história toda foi o nosso brilhante cronista Luis Fernando Veríssimo: houve apenas um acidente e ponto. Nada vai mudar nos destinos da humanidade por causa disso, e passada a comoção natural da tragédia globalizada, cada um dos atores sobreviventes voltará a desempenhar seu papel neste grande espetáculo da vida no limiar do terceiro milênio.

Ou alguém pode imaginar que, por causa da morte de Lady Di e de todas as teses e teorias carregadas de senso comum dos nossos críticos de mídia, de um dia para outro as princesas e celebridades em geral levarão uma vida mais recatada, os *paparazzi* ficarão sem assunto, os jornais só vão falar de flores e a mídia eletrônica fará uma cadeia mundial de emissoras educativas?

No ano passado participei de um seminário internacional de telejornalismo, no Rio de Janeiro, que deveria discutir o futuro da nossa atividade profissional. Ali pude perceber o abismo que existe entre a discussão da ética na imprensa e a realidade do dia-a-dia. Tinha acabado de ser publica-

Nunca se falou sobre a influência dos meios de comunicação social na formação da ética na sociedade como nos dias que se seguiram ao acidente em que morreram a princesa britânica Diana, seu namorado egípcio e o motorista francês. E nunca se falou e escreveu tanta bobagem sobre o assunto. Corro o risco de contribuir para alimentar este besteirol de hipocrisia e falso moralismo, mas o fato é que não há como fugir do tema. Daqui para a frente, tudo o que se disser sobre ética na imprensa vai ter como divisor de águas o trágico episódio em que a jovem e bela princesa morreu num túnel de Paris acossada pelos *paparazzi*.

A culpa foi da imprensa? Como todo mundo, também levantamos esta pergunta na abertura do CNT-Jornal no dia seguinte ao acidente, ouvindo personalidades e pessoas nas ruas em várias capitais brasileiras. Claro, depois de ser bombardeada por caudalosos noticiários condenando, sumariamente, os fotógrafos que perseguiam Lady Di pela noite em Paris, era de se esperar que a população ou-

Existe um grande abismo entre a discussão da ética na imprensa e a realidade do dia-a-dia

da na revista "Imprensa" uma pesquisa em que a maioria do público condenava o excesso de violência e sexo na TV. Fui duramente questionado sobre um programa policial apresentado pela emissora em que trabalho. O diretor de uma rede concorrente chegou a dizer de boca cheia que, na emissora dele, jamais colocaria no ar um programa daquele tipo para conquistar audiência. Pois é exatamente o que estão fazendo agora, só que o tal diretor não está mais lá, vitimado, talvez, pela falta de audiência.

Quando chegou minha vez de responder, fiz apenas uma pergunta: "Se a maioria da população condena a baixaria na TV e só quer programas de alto nível, como é que se explica então que a audiência de todas as redes aumenta na mesma proporção quando há mais sangue e violência nos telejornais, mais baixaria nos programas de auditório? E como se explica que a TV Cultura de São Paulo, com sua programação de alto nível, não seja propriamente uma campeã de audiência?"

DOIS MUNDOS

Tem alguma coisa errada aí — e, certamente, não é o computador dos pesquisadores da revista nem o que afere os índices de audiência do Ibope. Pode haver hipocrisia maior do que esta? Nossa público é conservador, puritano, guardião da ética ao ser consultado por um pesquisador, mas a maquininha do Ibope flagra este mesmo público sendo sádico, libertino e safado ao escolher seus programas preferidos.

É entre esses dois mundos que o profissional da mídia vê-se obrigado a navegar porque, se atender unicamente aos seus princípios éticos e de

bom gosto, pode levar a emissora à falência (a TV Cultura, sabe-se, vive de subsídios do governo paulista); se ceder totalmente aos baixos instintos do seu público, torna-se um cínico, alvo dos críticos de mídia, muito corajoso ao atacar os intermediários mas que se calam sobre os usuários finais, ou seja, o distinto público que garante o pagamento dos seus salários.

Fazem até uma brincadeira sobre isto comigo na emissora onde trabalho. Quando termina nosso telejornal e eu cumprimento a equipe porque achei que naquele dia fizemos um trabalho muito decente, sempre tem um

regra geral, não há uma fórmula definitiva, não existem verdades absolutas, muito menos uma ética coletiva que valha para todas as redações, de um país inteiro, num mundo globalizado. A ética é e sempre será uma questão individual. Tudo vai depender do caráter e dos compromissos de quem está no comando de cada processo em cada momento, do repórter na rua ao diretor responsável.

Não é a função — seja num tablóide de fofocas ou no grande jornal de prestígio — que faz o profissional. É o inverso. Já dizia meu velho amigo Carlito Maia: podem não publicar



Não existem verdades absolutas, muito menos uma ética coletiva que valha para todas as redações, de um país inteiro, num mundo globalizado

gaiato que comenta: "Ih, se o Kotscho gostou, então nosso Ibope ficou lá embaixo..." Não vou me esquecer da edição especial do telejornal que fizemos no dia da morte de Darcy Ribeiro, inteiramente dedicado a esse grande educador. Recebi cumprimentos de muita gente boa, mas o nosso Ibope foi o mais baixo do ano. Como é que faz?

É por estas e outras que cheguei a uma singela conclusão: não há uma

tudo o que escrevo, mas ninguém vai me obrigar a escrever o que não penso, o que não quero. Nossa companheiro Roberto Marinho pode ter todo o poder do mundo, mas ele sozinho não põe o "Jornal Nacional" no ar, nem "O Globo" nas bancas. Será sempre o produto do trabalho de centenas de profissionais, com diferentes visões do mundo e da vida. E cada dia é um dia, com uma noite no meio para a gente pensar onde acertou e onde errou, permanentemente corrigindo a rota para chegar mais perto daquilo que a imprensa deve ser: um serviço público.

Ricardo Kotscho é jornalista desde 1964, trabalhou em quase todos os veículos da grande imprensa. Foi assessor de Lula, tem 14 livros publicados e atualmente é diretor de jornalismo da CNT.

ENTRE O CONFORMISMO E A UTOPIA?

Lílian Valle

Utopia está fora de moda? Chegou ao fim? Ruiu com os pedaços do muro que dividia o mundo em dois blocos do poder? Reveste-se hoje de novas formas? Lílian Valle procura respostas a estas questões com um olhar na educação e o outro nos processos de alienação promovidos nestes tempos chamados neoliberais

Vivemos a época de fim das utopias". A afirmação para a qual passaram a convergir as mais variadas análises acerca do contexto histórico, econômico, filosófico, político contemporâneos, ganhando lugar de destaque na mídia e nas plataformas partidárias, tornou-se um lugar-comum que, à força da repetição, já passa por verdade inquestionável.

Entretanto, uma operação de mistificação aí se realiza, em dois tempos, por meio de duas exemplares torções de sentido. Primeiramente, a constatação da perda de credibilidade das utopias sociais mais expressivas da modernidade transforma-se em *decreto* em relação a qualquer utopia possível: já não é um alvo preciso — no caso, o socialismo — que é visado, mas qualquer outro projeto que se apresente como tal! Em segundo lugar, e concomitantemente, aquilo que era apresentado como sintoma de uma doença que atingia a humanidade já é encarado como sinal de sua recuperação, e a doença que originou o diag-

nóstico inicial tende, agora, a ser proposta como terapêutica.

Eis, em resumo, o que está duplamente expresso no lugar-comum ao qual aderimos quase que insensivelmente, em virtude da inesgotável insistência dos "médicos" da razão moderna: o "fim das utopias" determina a (necessária) crise de maturidade pela qual deve passar a humanidade, quando esta enfim "descobre" que realidade e desejo não se misturam. Depois de um longo mergulho na fantasia, a humanidade deve amadurecer, converter-se finalmente à realidade, aprender a viver dentro da razão e não mais do sonho.

A dura lição serve para ensinar que não se escapa a certas fatalidades: aquela que proclama o irredutível egoísmo humano, que faz da injustiça social, da miséria e da violência condições naturais da sociedade humana, que determina que toda tentativa de insurgência contra as primeiras, em razão de uma misteriosa lei colocada acima da vontade humana, da ética social e do próprio entendimento, é sempre punida com maiores graus de injustiça, de miséria e de violência.

Por isso, não é só apenas o fato de que as utopias, como se vem afirmando com certa dose de cinismo e de futilidade, tenham "saído de moda". Mais do que isso: elas passam a ser encaradas como verdadeiro mal a ser combatido, ameaça a ser expurgada para sempre, descrita nos infundáveis relatórios que perfazem a contabilidade dos estragos que acusou. Em nome das utopias não falaram as mais odiosas formas de totalitarismo moderno, sob seu poder de sedução não tombaram as mais nobres intenções,

não se alienaram os corações e as mentes dos mais simples?

Assim a utopia se apresenta como um duplo mal a ser conjurado: doença da razão, ela é ilusão a ser desmascarada em sua irreabilidade, inútil porque irrealizável, perigosa por se pretender concretizável; doença da vontade, ela é a perversão a ser cuidadosamente evitada, já que capaz de manter uma sociedade inteira sob seu fascínio intolerável, levando o sonho a seu paroxismo mais inominável.

Nos dois casos, a prescrição é o controle multiplicado: sobre a razão, fazendo-a dobrar obedientemente à inexorabilidade de leis que a superam de muito — como a vocação irresistível do homem moderno para só prover de sentido as dimensões mais privativas de sua existência; como a irrefreável índole das sociedades modernas de se comportarem segundo um único modelo dominante, inteiramente expresso pela "lógica" econômica, satisfatoriamente descrito pelas leis de mercado. Sobre o desejo, traçando sólidas fronteiras a partir das quais, desiludido dos móveis perigosos do projeto coletivo, ele enfim aceite expressar-se inteiramente nos objetos tangíveis da estabilidade da ordem social — o carro, o celular, o iogurte, o frango, a dentadura. Neste caso, prevendo-se ainda, face à por vezes renitente disposição humana para o sonho, bem-comportadas catarses que alçam pilotos e princesas à categoria de heróis, que traduzem bandeiras políticas até então consideradas suspeitas na comedida e confiável linguagem das telenovelas, que fornecem, enfim, rápido consolo para a angústia que não se chegou deveras a experimentar.

A UTOPIA E A EDUCAÇÃO

Porém, queiramos ou não, o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha com o que ainda não está aí, com a construção, com a antecipação. A educação é o projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita. Não é tanto — se podemos ousar dizê-lo — o da *verdade*, da explicação definitiva, do conhecimento acabado, mas o da *performance*, o da permanente criação de suas próprias finalidades e condições: não é tanto o da *previsão*, mas do *projeto*. A educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar para continuar criando o mundo e o homem que se prepara — se não, não é educação.

Por isso, olhando para os mesmos impasses da sociedade moderna, nossas questões se modificam. Já não são mais a perda do caminho até a verdade, a falsidade e o erro que nos saltam aos olhos, mas o vazio de promessas que possamos fazer ao pequeno homem, para a sua vida futura. E também o educador que olha seu aluno, cidadão do mundo de amanhã, sem saber para onde conduzi-lo, porque todas as saídas parecem, de antemão, fechadas: trabalho, igualdade social, harmonia, felicidade. E aí, o silêncio melancólico da imaginação, a crise do imaginário como crise da razão que inspirava um projeto pedagógico, forçam a refletir menos na questão da própria razão do que na incapacidade que parece ser a nossa de projetar um futuro, de persistir em sonhar, mesmo agora ou, sobretudo agora, que sabemos que não podemos escapar do risco da desilusão e do erro.

No grego, uma das etimologias possíveis para “sonhar” é “predizer o ser”. Muito citada, a etimologia é atribuída a Artemidoro: ter sonho (*óneiros*) é predizer o ser (*òn eirein*). Por detrás da melancolia do educador que todos somos, preparando o futuro que não habitaremos — mas aqueles que hoje educamos —, não há apenas nosso silêncio, feito do esquecimento de que devemos continuar sonhando. Há

o burburinho de imagens que não predizem o ser, mas tentam acorrentá-lo num presente desolador e sem saída.

Então o ser, os homens, são dominados por imagens que os condenam à imobilidade, que parecem anular toda a história, que o colam a um presente propriamente fora do tempo. Destituímos o passado, ao reconhecer a falência da fé que o habitava; excluímos o futuro, ao desistir de dizê-lo hoje. Nossa melancolia nos impele a rejeitar memória e projeto. Ora, estes são, definitivamente, terrenos de nossa autocriação. E a matéria mesma da educação.

Tranquillizador ou inquietante, o mito da racionalidade moderna nos predispõe a imaginar, de forma não menos ingênua, que a sociedade à nossa volta está desencantada, totalmente submetida ao controle da razão, imune ao sonho. E, sob a égide dessa crescente racionalização, já não admitimos manter, com as instituições sociais, outra relação senão a que a objetividade e a individualidade dos tempos modernos nos permitem.

Assim, associar as noções de educação e a utopia poderá escandalizar; nossas crenças e expectativas quanto à educação parecem ter evoluído, dando lugar a sentimentos bastante mais objetivados e críticos. E, decer-

to, quando contemplados a partir da fria perspectiva da atual organização política de nossa sociedade, os valores da educação parecem haver sucumbido ao peso de um pragmatismo irrefutável — eles foram esvaziados, tal como a sociedade que os mantém.

Se assim o é, o recurso ao conceito de utopia tem muitas outras implicações, além das simples necessidades teóricas. Se, porém, munidos de uma grande dose de humildade, aceitamos que, antes de ser um domínio iluminado por nossa ciência e racionalizado por nossos métodos, a educação é o terreno onde o homem busca dar vida a seus valores, dar forma a seus projetos, individuais e coletivos, onde ele investe as esperanças que constroem seu futuro, já não é difícil perceber que o que o expurgo da utopia sempre tem como efeito, na verdade, é a drástica redução do espaço possível de elaboração da ética e de transformação da política.

DE VOLTA À UTOPIA

É como pletera que a utopia moderna apresenta às ponderações em nome da razão um alvo perfeito: fosse somente a radicalidade de sua crítica, ou sua força de mobilização social, ou ainda sua insistência em intervir sobre a realidade, todo o perigo estaria, de ante-



Carlos Carvalho/Imagens da Terra

UNIVERSOS DIFERENTES

Não há atividade social que se sinta mais prejudicada por essa dominância do econômico, que menos se preste a ser julgada pelo critério do lucro, que mais seja desfigurada em sua íntima essência pela corrupção da ganância, que a educação. Se a atividade econômica diz respeito à produção, circulação e consumo de bens, à reprodução do capital e à expansão da riqueza nacional, a atividade educativa concerne à formação das pessoas humanas, para fazer delas membros competentes de determinada cultura e sociedade; ou, para falar como os latinos, à sua humanização: "humanistas". E o ser humano, enquanto pessoa, é irredutível à pura dimensão material. "Não tratar as pessoas como se fossem coisas": o velho Kant via nisso um imperativo fundamental bem perto de seu "imperativo categórico". Dizemos isso para exorcizar uma ideologia economicista que toma os ares de lugar-comum e de bom senso evidente em expressões como "recursos humanos", "capital humano" ou "O homem é o capital mais precioso".

Fonte: "Ética, Economia e Educação", de Paulo Meneses. Em: *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v.24, n.77, 1997.

mão, conjurado ou, ao menos, sob controle. Mas o fantasma que ronda a utopia é, justamente, o da *perda de controle*. Ao final das contas, sua crítica degenera em delírio, sua abrangência social em dominação e exclusão, sua passagem a ato em deformação da realidade. A única alternativa oferecida, em nossa época, parece infelizmente advir dos discursos de moderação que, em sua versão mais otimista, nos asseguram que a utopia pode ser mantida sob controle da razão instituída: eles são, no entanto, de parco auxílio, porque todos sabemos de antemão que não é bem assim.

E até de nosso ponto de vista tão extremado é impossível deixar de per-

ceber que nem mesmo um interesse apenas indireto, estritamente "histórico", pelas produções utópicas justificaria a degeneração dos horrores em seu nome perpetrados. Por mais árdua que se afigure a tarefa, é preciso aceitar o quanto é difícil, sempre precária e demasiado arriscada a compatibilização entre o desejo e a realidade.

Pois, para começar, o que reconhecemos como desejo e realidade não é mais do que a forma como, se traduzindo no imaginário, eles ganham tangibilidade para nós, deixando de se apresentar como forças obscuras que nos dominam inteiramente. Mas é óbvio que isso não quer dizer que, pelo imaginário, dominamos inteiramente o desejo e a realidade. Se a potência surda do desejo nunca se esgota totalmente nas imagens que o imaginário produz, e por isso não pode ser completamente controlada pela razão, através do que habilitamos como realidade, também o que somos obrigados a continuar chamando de realidade, apesar do que os modernos quiseram acreditar, escapa ao pleno domínio da nossa vontade, da nossa ação, do nosso saber. Estes são os verdadeiros limites do imaginário, mas como é difícil aceitar que eles se situem justamente onde menos os queremos, na natureza, e não ali onde é tão conveniente estabelecê-los — na "realidade" já instituída.

Nessa dinâmica, o que denominamos de utopia não é, não pode ser jamais síntese definitiva, é apenas a matéria onde o desejo se elabora, oferecendo-se como realidade e como seu oposto, rendendo-se à razão e resistindo a ela. Em outras palavras, a produção utópica não se esgota na fabricação de uma imagem que se quer totalizante, mas é também a construção das *formas com que nos relacionamos* com esta imagem.

Por isso, como bem mostrava Octave Mannoni, não é o imaginário que produz o delírio, muito menos é aí que devemos buscá-lo. O *pathos* da utopia é a afecção de uma construção que já não encontra lugar no imaginário,

que se autonomiza, desistindo do acordo que esta cena propiciava.

QUESTÕES EQUIVOCADAS

A deformação da utopia já não é mais utopia, embora ainda implique em uma forma intensa de investimento do desejo. Mas se — tomando agora por perspectiva, por exemplo, o terreno da ciência e da tecnologia — afirmássemos, também, que a deformação da utopia, já não sendo utopia, pode igualmente implicar em uma forma intensa de investimento da razão: ao final da operação, qual dos dois conceitos teria sido submetido a maior traição? Será que só podemos chamar de delírio à dominação desmedida do desejo? E quanto à dominação da razão? Por que somente à razão parece servir o papel de bom árbitro, a quem se pede o veredito final na avaliação do sentido das produções humanas?

Jamais encontraremos respostas satisfatórias para estas questões porque, admitamos, elas são totalmente equivocadas. Mas elas, de fato, só prolongam até ao absurdo um equívoco ao qual nos habituamos, ao tomarmos a "razão" como uma instância neutra, desinvestida de desejo e imune às suas afecções. Apesar de proclamarmos formalmente o nosso repúdio à idéia de neutralidade, jamais indagamos o suficiente a parte de desejo embutida no que definimos como razão e, grande parte do tempo, para pensarmos no desejo, somos levados a distingui-lo inteiramente da razão.

O desejo que se quer passar plenamente por razão é tão delirante quanto a razão que quer substituir integralmente o desejo. E ainda: o desejo que desdenha a razão, a razão que denega o desejo, todas estas são formulações extremas para definir negativamente o impasse — não há como distinguir claramente estas duas instâncias. Elas se interpenetram, jamais se apresentam, por maiores que sejam nossos esforços, como formas puras; muito embora esta "purificação" tenha sido uma das mais fortes aspirações da modernidade.

Com efeito, se pudéssemos romper com esta tradição de distinção inequívoca dos dois termos, abandonaríamos, definitivamente, a concepção de que o imaginário é o domínio do desejo, por contraposição à razão, que seria o domínio da realidade. Até lá, estaremos fazendo do medo uma heurística e do conformismo uma virtude. Até lá, imputaremos ao que chamamos de imaginário, ou de utopia, a culpa pelos excessos do desejo que aí isolamos, artificialmente, da razão, a fim de podermos encarar o *pathos* que, na verdade, está na condição humana, fazendo irrupção indiscriminada nas relações que o homem estabelece consigo próprio e com os outros. Até lá, admitiremos que a razão é o exercício da moderação — e não de criação — e apelaremos para ela, ou para o que dela fizemos, a cada vez que nossa vontade ameaçar nos trair (ou que a vontade de outrem ameaçar nos trair?).

Assim, nossa relação com a utopia acaba sendo moldada por uma moderação por demais calculada para ser sabedoria, por demais acuada para não ser confundida com mero conformismo. Moderação que só se sustenta sob as bases de uma separação toda artificial entre razão e desejo, e que por isso só nos protege dos riscos de uma ideologia nos livrando à dominação de uma outra.

ARMA CONTRA A UTOPIA

Alienamos nossos excessos, nossos medos, os riscos que comporta a existência entre os homens, mas também nossos sonhos, nossa capacidade de nos indignarmos, nossa rebeldia, nosso desejo — nosso poder de criação. Depurada por uma “razão” purificada, a utopia já não nos pode causar nenhum mal: ela ficou para trás, como história, convenientemente neutralizada pela frieza da análise teórica; e como ameaça, contida pela lembrança insuportável dos males que causou, permanentemente reativada pelos arautos da moderação.

O esquecimento é hoje a arma po-

livalente contra utopia — que ela se apresente como pura nostalgia ou, o que é pior, como força ainda ativa do desejo. O esquecimento é a lei do silêncio: na prática, é preciso fazer calar o relato, é preciso esvaziar a polêmica, torná-la anacrônica. Nossa aparente paz social é fruto de uma *anistia* muito mais ampla do que supomos, porque a prevenção da *stasis*, guerra interna que opõe cidadão a cidadão, não visa apenas as ações passadas, mas sobretudo as determinações futuras. Imposto o silêncio — entre nós, não mais pela força bruta, mas com as armas da derrisão, do menosprezo, da ideologia do progresso — cabe deixá-lo operar, de fora para dentro, o interdito do desejo que a voz já não ousa mais proferir.

De certa forma, a educação é uma das primeiras vítimas deste esquecimento que se pretende estabelecer como base das relações sociais. Não que haja proibição de falar na Escola: a interdição é sonhar a Escola, é lembrar o que, um dia, pudemos desejar que ela fosse. Por isso é que verificando, tristemente, o predomínio do esquecimento nas formas de relação que construímos hoje com a utopia e com o imaginário, só podemos nos rebelar. Contra o esquecimento como, primeiramente, *recusa da memória*: e o que se perde aí não é apenas a mera consciência do que houve, a frívola cultura de reverência ao instituído, a ostentação vazia de um patrimônio empoeirado. Sem dúvida, estas são algumas formas de relação ao passado.

Mas o que aqui chamamos memória não é a fidelidade a um passado que não faz mais sentido, meramente acessório ou decorativo, e sim o ato de dotar, a cada momento, esse passado de novas significações — ato este indissociavelmente ligado ao processo de constituição de identidade. Por isso, o esquecimento como perda de memória implica, de fato, em enfraquecimento da identidade, pela reiteração de um presente esvaziado, pela dificuldade em refazer o eixo

temporal no qual a identidade emerge como, também, decisão de sentido e reconstrução incessante do sentido atribuído ao passado, ao presente e ao futuro.

Contra o esquecimento, porém, como *recusa do projeto*, da deliberação consciente sobre o futuro, ou melhor, como recusa dos limites e dos riscos desta empreitada. A abdicação da liberdade e da autonomia, a demissão em relação ao futuro, que se dêem em nome de um fatalismo místico, de um suposto realismo crítico ou ainda da ingênuo aceitação de uma lei inexorável — tal como nos dizem ser hoje as leis do mercado — são outras formas, é claro, de esvaziamento do presente, de fuga na imediatização. Moldando práticas individuais do presente, elas comprometem o destino coletivo das sociedades.

Para os homens, tanto quanto para as sociedades, este movimento é o próprio exercício de criação de identidade. Por isso, a recusa em atribuir um sentido ao passado e ao futuro, implicando na delegação deste poder inalienável, consiste em alienação. Com a perda da autonomia — porque este sentido é agora inteiramente fornecido — os sentidos da identidade se esmagam sob o peso de uma realidade que se apresenta agora como inamovível, como inflexível, e que deixa espaço para nenhuma negociação. A nova realidade, inteiramente recebida de fora, impõe-se sobre a vontade condenando-a, e a anula, impondo ela a lei do esquecimento. E agora, de forma bastante evidente: contra o esquecimento, enfim, e em ambas as acepções, como fenômeno de alienação.

Lílian Valle é professora do Mestrado em Educação da Uerj, onde coordena um grupo de pesquisas sobre Escola Pública e Imaginário Social. Escreveu *A Escola e a Nação* (Editora Letras & Letras) e *A Escola Imaginária* (Editora DP&A), de onde foram extraídas as reflexões deste artigo.

DEMOCRACIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL NO COTIDIANO

Andréa Damacena



Douglas Mansur/ InCamera

O fortalecimento da democracia é um dos princípios que o CERIS busca desenvolver no programa de trabalho sobre realidade urbana. Apesar da clareza desta afirmação, ela pouco significa se não for confrontada com o amplo debate que a envolve. Isso tem levado o CERIS à tentativa de delimitar e conhecer diferentes concepções de democracia presentes em nossa sociedade. Neste artigo, a intenção é apresentar por onde andam as reflexões da instituição e assinalar a necessidade de construção da democracia no cotidiano

O que é democracia? Não existe uma corrente dominante sobre o seu significado e menos ainda concordância entre elas. Embora a palavra signifique literalmente *poder do povo*, o problema de compreendermos finalmente o que é continua existindo. O apelo ao significado literal do termo deixa de lado um conjunto de experiências que lhe garantiram um sentido historicamente construído e que revelam os limites e as vantagens do regime democrático. Consideramos estes acertos e erros experimentados a chave para avançarmos na questão.

Hoje, o que se percebe é que dificilmente encontramos pessoas que digam rejeitar o regime democrático como modalidade de convivência social e política. Por isso, o cuidado para que a democracia não se reduza a uma simples armadilha verbal é muito importante. Mesmo aqueles que são “inimigos da democracia”, ao contrário de atacá-la, aderem ao seu discurso, reconhecendo que o melhor meio de evitá-la talvez seja realizá-lo em seu nome e com seu próprio nome. Essa astúcia exige uma percepção acurada dos argumentos em jogo no relacionamento social, o qual está permeado por visões e forças, distintas e contraditórias.

A democracia possui um caráter dinâmico, resultante de interações entre seus ideais e sua realidade, pelo impulso de um deve ser e a resistência de um é assim

REVISITANDO O CONCEITO

Ao revisitar o conceito de democracia, verificamos que ele tem um significado próprio, cuja representação não corresponderia adequadamente ao sentido literal. Mas este sentido existe à medida que os valores democráticos tenham raízes na sociedade e as idéias dêem-lhe existência. A realidade democrática — os valores que se realizam no cotidiano — e os ideais que ela persegue definiriam a dupla relação do conceito.

Como assinala Giovanni Sartori (*A teoria da democracia revisitada — o debate contemporâneo*, Editora Ática, vol. 1, 1987), existe uma tensão constitutiva fato-valor na democracia, e apesar de sua imprecisão descritiva, a palavra ajuda-nos sempre a manter um ideal — o que deve ser. Esta caracterís-

tica propicia-nos identificar, por um lado, quais são as referências ideais que utilizamos quando designamos uma realidade como democrática e, por outro, quais são as práticas reais já existentes. Assim, podemos tentar evitar a confusão entre real e ideal que, se permanece, leva à substituição de um termo pelo outro, não os reconhecendo em sua singularidade.

Uma vez mais, gostaríamos de enfatizar que a democracia possui esse caráter dinâmico, resultante de interações entre seus ideais e sua realidade; pelo impulso de um *deve ser* e a resistência de um *é assim*.

mo grupo, o sistema será mais centralizado e fechado. Porém, é a ampla representação de interesses e a formação do consenso pela maioria que garantem legitimidade ao sistema.

Outro atributo desta modalidade são os propósitos de desenvolver o bom governo, entendido como promoção do bem comum, que se materializam no projeto político de desenvolvimento social e econômico. Na democracia representativa, esse projeto é resultado das alianças e jogos de interesses que os partidos representam, os quais estão vinculados a uma base social que lhe dá sustentação. A decisão por maioria em torno de uma medida política — por



Carlos Carvalho/ Imagens da Terra
Construção da democracia — o povo fala

FORMAS DE DEMOCRACIA

Entre diferentes modalidades de democracia privilegiamos três distinções importantes. A primeira refere-se ao sistema político, ou seja, à democracia representativa: as regras do exercício do poder e da participação, as quais conduzem a maneira de se governar.

Neste modelo pode-se estabelecer que, se a tomada de decisão envolver maior participação e diálogo de grupos diferentes, o sistema político é descentralizado e aberto; ou se estiver concentrada em uma única opinião ou mes-

exemplo, a criação do Imposto Provisional sobre Movimentação Financeira (IPMF) ou aprovação do Orçamento da União — é adotada como interesse geral da sociedade, visto que o presidente da República, os senadores e os deputados federais foram eleitos por meio de eleições livres, com a finalidade de conduzirem o País.

Portanto, as eleições para presidente da República, deputados federais e senadores cumprem um papel importante nessa forma de democracia, pois possibilitam a renovação da disputa de

interesses e alianças e têm como consequência última a perspectiva da definição da sociedade que se quer.

Também podemos considerar a democracia nos sentidos econômico e social, respectivamente segunda e terceira distinção. A democracia econômica, genericamente, consiste em promover condições iguais nas relações entre os cidadãos, mediante distribuição de riqueza na sociedade. Ela apresentaria como extensão da democracia política, pois a redistribuição das oportunidades e condições econômicas faria parte de um plano de ações determinado pelo sistema político. As políticas de redistribuição de renda, por exemplo, podem ser vistas como estratégias governamentais de promoção dessa democracia.

Porém, seria a concepção radical, que ressalta o controle igualitário do processo produtivo econômico pelos trabalhadores, a que melhor configura essa forma. A lógica fundamental seria substituir a democracia política, pois tal como ela se realiza impede o reconhecimento das reais contradições presentes na base da economia.

A democracia em si não teria valor e razão de ser, e significaria apenas instrumento de dominação dos exploradores sobre o explorado. Somente pela distribuição (mais ou menos igualitária) dos meios de produção e da riqueza nacional entre os trabalhadores garantir-se-ia a real democracia. Essa expressão decorre da concepção materialista da história, a qual considera a primazia do econômico nas relações sociais.

A terceira modalidade, a democracia social, é uma condição da sociedade e corresponderia a um *ethos*, que requer de seus membros uma concepção como seres socialmente iguais. Ela seria como um “espírito” que perpassa toda a sociedade, levando os indivíduos ao reconhecimento das diferenças (raça, gênero, status, costumes, etc.), ao mesmo tempo que tais diferenças não representariam desigualdade. Nesta forma, sua existência dependeria da construção da igualdade e liberdade pela

extensão das associações, pequenas comunidades e organizações voluntárias, cuja função seria proporcionar na experiência cotidiana os direitos elementares relacionados à vida em sociedade, ou seja, promoveria as bases culturais endógenas à estrutura política.

Numa democracia com base social, o investimento seria a construção de uma sólida comunidade cívica na qual os indivíduos desenvolveriam um ideal de igualdade política (direitos e deveres iguais para todos); seguiriam regras de reciprocidade; participariam ativamente do governo; e manteriam atitudes de solidariedade, de tolerância e de confiança mútua.

É grande a possibilidade de encontrarmos municípios onde o poder local significa a combinação de práticas renovadas de corporativismo, de clientelismo e de autoritarismo disfarçado

Compreende-se, então, que nesta perspectiva — a dos que se filiam à democracia social — a democracia política é um passo necessário mas não suficiente, pois esta última concentra-se em aspectos funcionais e de representação, sem contudo garantir fundamentos estáveis à vida democrática.

REPRESENTAÇÕES DA DEMOCRACIA ENTRE AGENTES ESPECÍFICOS

Em pesquisa sobre as representações da política entre cristãos católicos e suas concepções de democracia, cidadania e participação, realizada por nós em 1996 (690 entrevistas, com questionário semi-aberto, contendo particularmente uma pergunta aberta ao informante — *o que é democracia?*), identificamos

que a noção de democracia corresponde à idéia de *participação e liberdade de expressão*. Uma proporção insignificante de informantes lembrou o caráter instrumental da democracia, ou seja, do direito ao voto ou à constituição de organizações de interesses como elementos fundamentais do conceito, embora possamos imaginar que ao se referirem à participação e à liberdade de expressão, compreendam meios para sua realização.

Na mesma pesquisa, os cristãos católicos também foram interpelados quanto à idéia de participação, a qual relacionam à missão e às iniciativas solidárias. Dessa maneira, encontramos na concepção sobre democracia desses agentes uma relação complementar entre direitos individuais e solidariedade.

Outra pesquisa, realizada este ano pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) sobre “Lei, justiça e cidadania – Direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, procurou examinar a consciência dos direitos e deveres e sua vivência na população carioca. Na primeira parte, o tema da cidadania — o que equivale dizer da democracia —, visto principalmente pelo viés dos direitos civis, foi explorado tendo em vista o grau de conhecimento que a população possui dos direitos prescritos na Constituição e qual a hierarquia que ela, população, atribui a eles, assim como a maneira como os informantes respeitavam o direito dos outros e viam os cidadãos e o País.

Em torno da vivência dos direitos, a pesquisa começou contabilizando as principais violações aos direitos civis impostas à população. Costuma-se referir a essas violações por meio da palavra vitimização. A seguir, ela mostrou a reação da população a essas violações, buscando avaliar o papel do poder público como garantidor dos direitos. Por fim, foram apresentados dados sobre o exercício de direitos civis e políticos, com ênfase na capacidade da popula-

ção de se organizar e se associar visando atingir objetivos coletivos.

Em nossa reflexão interessa-nos a etapa sobre a vivência dos direitos, no que se refere à participação social, política e cívica. Por isso, gostaríamos de destacar alguns resultados obtidos: (1) poucas pessoas são filiadas a partidos políticos. A única instituição que possui um número expressivo de associados é o sindicato; em seguida aparecem as instituições filantrópicas e as associações de moradores; os jovens (16 a 24 anos) são os que mais apresentam vontade de se ligarem às instituições (partidos, associações de moradores, sindicatos, etc.); (2) quanto mais alto é o nível de escolaridade, maior o inte-

A democracia não é algo predefinido com metas de curto e longo prazo, mas um processo de aprendizagem, capaz de subverter a reprodução da dominação, do autoritarismo e das desigualdades que estão na sociedade

resse pela política, interesse que é também maior entre homens do que mulheres; (3) poucas pessoas têm o hábito de conversar sobre política; quando o fazem, procuram basicamente amigos, parentes e vizinhos. A maior parte dos informantes praticamente não conversa sobre política com os políticos, com os membros de sindicatos e com as pessoas da igreja.

A DEMOCRACIA COMO EXERCÍCIO NO COTIDIANO

Pelas pesquisas apresentadas, notamos que existe uma tendência importante no debate atual, que considera a democracia possível quando seus valores fun-

damentais penetram o tecido social. Neste sentido, sua realização depende da promoção dos direitos individuais, chamados civis, os quais facilitam chegar às pessoas as noções de igualdade e liberdade.

Entretanto, o modo como se estruturam as relações na sociedade brasileira, que do ponto de vista histórico-cultural carrega marcas do seu passado escravista, engendra um conjunto de desigualdades como código no relacionamento social. Nesse sentido, o desafio de estabelecer sistemas de convivência horizontais enfrenta resistências do próprio tecido social existente. Acrescenta-se a esse aspecto a baixa participação e pouca motivação para se envolver no espaço público, identificada pela pesquisa do CPDOC/Iser. No que se referia à política, percebemos que o indivíduo privilegia um círculo de relações pessoais próximo (amigos, parentes e vizinhos), em detrimento de relações mais impessoais (políticos, sindicatos e igreja) para conversar sobre política.

Nas tentativas de se criar uma nova cultura política nas experiências municipais de poder local, o desafio de superar antigas raízes também não é menor, pois muitas delas evidenciam que o processo de democratização das relações governo-sociedade às vezes esbarra fortemente na tradição autoritária brasileira.

É grande a possibilidade de encontrarmos municípios onde o poder local significa a combinação de práticas renovadas de corporativismo, de clientelismo e de autoritarismo disfarçado, apesar de declarações democráticas de construção de cidadania. Essa face revelaria a necessidade de transformação de algo que está mais abaixo e representa o próprio substrato de tais ações, ou seja, a cultura política local.

A realização da democracia como exercício no cotidiano é uma forma de redefinir essa cultura política, já que se coloca como tentativa de construção de novas relações humanas e sociais de baixo para cima, representando práticas democratizantes, preferencialmen-

te, a partir das atividades cotidianas que desenvolvemos nas cidades.

O cotidiano não significa grandes acontecimentos ou ações, apesar de incluí-los; ele é o dia-a-dia, a rotina, na qual os grandes momentos nascem como seu fruto. Sua construção ocorre pelas ações e referências sobre o mundo, que homens e mulheres ora reproduzem, ora reinventam criativamente.

A democracia como exercício no cotidiano não é algo predefinido com metas de curto e longo prazo, mas um processo de aprendizagem, capaz de subverter a reprodução da dominação, do autoritarismo e das desigualdades que estão na sociedade. Assim, as diversas ações de cidadania e solidariedade procuram formar laços em cidades assustadas pelo riscos de *apartheid*. O florescimento dessas iniciativas é um modo de fortalecer a democracia e combater uma política econômica que não se preocupa com a superação genuína dos entraves do desenvolvimento da sociedade.

O espaço urbano, tão diverso e segmentado, favorece o exercício democrático pela diversidade local, cultural e social. O reconhecimento dessas diferenças e, principalmente sua aceitação, é fundamental na democracia. Quando nos situamos nessa perspectiva, estamos mais próximos da concepção de democracia social. Essa forma acredita que o encontro heterogêneo de situações, de vivências pessoais, de organizações e de instituições pode, diferentemente e igualitariamente, empreender essa tarefa.

Andréa Damacena é mestre em Sociologia. Integra a equipe de pesquisadores do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS).

UM BRASIL CHAMADO CANUDOS

Ruben Siqueira

São esperadas perto de 10 mil pessoas à beira do açude de Cocorobó, no sertão da Bahia, nos dias 25 e 26 de outubro, quando acontecerá a romaria que comemora os cem anos do massacre de Canudos. Em 1993, ao se celebrar o centenário da fundação da cidade por Antônio Conselheiro e seus seguidores, lá estiveram cerca de seis mil romeiros, vindos das localidades vizinhas, do Nordeste e de todo o Brasil

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Euclides da Cunha, *Os sertões*

Canudos virou moda. Muita expectativa cercou o lançamento do filme de Sérgio Rezende, *Guerra de Canudos*, rodado na região. Teses, livros, reportagens e seminários têm sido feitos, trazendo releituras do episódio, discutindo aspectos novos, alimentando a infundável polêmica. O governo da Bahia criou no cenário da guerra o Parque Estadual de Canudos, onde uma equipe da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) realiza estudos de arqueologia histórica. As comemorações oficiais que se programam para

a data do centenário deverão contar com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso (em campanha pela reeleição).

A ATUALIDADE DE CANUDOS

Cem anos é data por si mesma expressiva, seja do que for. Mas, em Canudos, cem anos de quê exatamente se está comemorando, para provocar tanto alarido nas artes, na ciência, na imprensa, no governo, nas igrejas, nos movimentos populares? Ou, o que tem esse episódio, o que ele encerra — esconde e revela — que atrai tantas atenções?

É que em Canudos, ontem e hoje e ao longo destes cem anos, o Brasil se vê face a face consigo mesmo, encontra seu desencontro. Canudos não está na memória nacional apenas como uma chaga, a mais ignominiosa das lembranças do passado, onde e quando se detonou toda a carga de violência que mal se esconde sob o manto roto da decantada cordialidade brasileira, praga ideológica que sedimenta a assimetria das relações sociais. Está também como repetição, reincidência, contínuo revisit. Está como matriz da identidade brasileira e chave de explicação do País e de seu infortúnio como nação moderna, que nunca alcançou de fato a modernidade. Está, pois, como atualidade, contemporaneidade.

Uma primeira prova disso? Ao implantar-se o Parque Estadual de Canudos, famílias de agricultores residentes na área, muitas delas descendentes dos antigos canudenses, tiveram que resistir à implantação das cercas divisorias do parque porque estas inviabilizavam o criatório de cabras, sua principal fonte de subsistência... Talvez até quisesse o governo da Bahia que se retirasse de vez, para não estragar a composição nos-

tálgica e folclórica do quadro... Ainda bem que para os cientistas da Uneb não é essa a proposta.

Canudos levanta questões que incomodam a má consciência nacional. Por que mais da metade do efetivo e todo o aparato militar do exército à época foram mobilizados em cinco expedições contra pobres e frágeis camponeses, armados de poucas espingardas e muita fé? Por que ali, numa das regiões mais secas do País, uma multidão de 25 mil destes deserdados encontrou um lugar e construiu, sob a liderança do beato Antônio Conselheiro, a maior cidade do interior do Brasil à época?

São perguntas cujas respostas têm sido até recentemente evasivas e tendenciosas, justificativas fáceis, ao menos as da historiografia oficial — como as do messianismo fanático, do monarquismo rebelde, anti-republicano confesso, da desordem e do banditismo. Perguntas e respostas antigas e novas volta e meia vêm à tona, não só quando arredondam-se as datas, mas também quando, ainda hoje, o mesmo monstro da violência pública, estatal e/ou privada, mostra as garras contra os pobres — desempregados, mendigos, índios (às vezes, estes confundidos com aqueles), negros e pardos, mulheres, crianças de rua, encarcerados ou simples transeuntes à noite numa favela, como na Cidade de Deus (Rio de Janeiro) e Diadema (São Paulo)... Quando “razões de Estado” (o Leviatã?) massacram sem-terra pelas mãos da Polícia Militar...

Afinal, o que esses pobres desvalidos, aos molambos pelas estradas e ruas do País, podem representar como ameaça à ordem estabelecida, intrinsecamente desigual, e justificar tão absurda violência pública? A única com real poder de subvertê-la e transformá-la: a ameaça dos alijados, mal-

servidos e descontentes, os que não têm mais nada a perder.

Eram destes os que geraram Antônio Conselheiro e constituíram, em Canudos, uma tentativa de sociedade diferente, a alternativa que o País lhes negava, mais justa e igualitária, pelo menos onde se sentissem e fossem alguém.

É por demais sintomático que o maior envolvimento bélico brasileiro tenha-se dado contra o próprio povo e

não na Guerra do Paraguai ou através da gloriosa Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra, como quer acreditar a história oficial. Os pobres são o "inimigo interno", muito mais perigoso.

A BASE LATIFUNDISTA DO PODER EXPLICA AQUELE E OUTROS CANUDOS

Em meados do século XIX, o negócio do tráfico de escravos africanos, que fora a base do comércio interna-



Evandro Teixeira

Lavrador no "Local da Degola", Açude do Cocorobó

CANUDOS: UMA UTOPIA NO SERTÃO

Milhares de pessoas acorrem para viver o mundo santo do beato, trabalhando, rezando e seguindo seus conselhos. Profundos conhecedores dos recursos naturais da região e, naquele época, não existindo cercas nas propriedades, plantaram todas as margens do rio e qualquer baixa encontrada nas caatingas, colhendo rica produção, montando até engenhos e casas de farinha. O criatório de cabras e ovelhas se desenvolveu juntamente com as indústrias dos cortumes e dos queijos de leite de cabra, além de rico artesanato de couro.

O Conselheiro, repetindo Ibiapina, ponteava os trabalhos com a Salve-Rainha ao meio-dia, o terço à boca da noite e o ofício de madrugada. Ali foram encontrá-lo seus perseguidores:

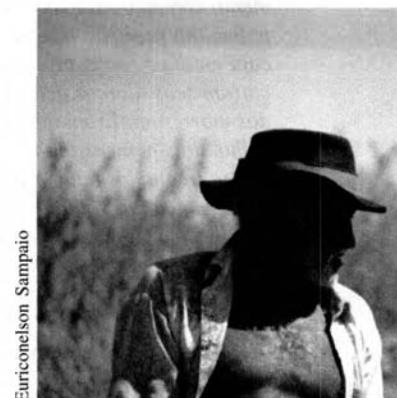
juízes, governantes, intelectuais republicanos e progressistas e, por fim, todo o exército, tendo à frente o próprio ministro da Guerra, general Bittencourt.

Milhares de sertanejos marcharam dos lugares mais distantes em defesa do mundo do Conselheiro. Finalmente, em outubro de 1897, os militares degolaram os guerreiros que tombaram feridos, estupraram e mataram nas fogueiras e na marcha forçada pelo sertão centenas de prisioneiros. Para esmagar qualquer possibilidade de reorganização daqueles seguidores do beato, dividiram as crianças entre a soldadesca e entregaram nos prostíbulos da região meninas, algumas com até nove anos de idade.

Fonte: Parte do texto de Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros extraído da revista TEMPO E PRESENÇA, nº283, setembro/outubro de 1995.

Ele subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas... Era truanesco e era pavoroso. Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse...

Fonte: *Os sertões*, de Euclides da Cunha.



Euriconelson Sampaio

Pescador do Açude do Cocorobó

cional e da empresa colonial portuguesa, já não era compensador com o advento do industrialismo e do capital industrial. Antecipando-se à iminente abolição da escravatura (o Brasil foi o último país a aceitá-la e a proclamá-la), as oligarquias agrárias ascendentes — versão atualizada dos *sesmeiros*, que tinham sido a classe

dominante da Colônia Portuguesa — trataram de criar a Lei de Terras, em 1850. À parte pretender a colonização de terras públicas — como muitos países à época, em especial os Estados Unidos da América —, na prática a lei promoveu a apropriação privada fraudulenta delas e fortaleceu o latifúndio, ao decretar que a terra, antes doação da Coroa, passasse a ser adquirida por compra. Desse modo, ex-escravos índios e negros e campões pobres (moradores, agregados, rendeiros e toda sorte de lavradores não-proprietários), os “trabalhadores livres”, recém-libertos, eram mantidos afastados da propriedade da terra e do direito de propriedade, da cidadania que, na sociedade capitalista, nele se assenta. Foi a gente que “inventou” Canudos.

Ao final do século, a República estava madura e foi proclamada como expressão da nova ordem, que perpetuava o poder das elites proprietárias,

instrumentalizada pelo Estado patrimonial e clientelista. Como diz José de Souza Martins, “a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País” (*O poder do atraso — ensaios de sociologia da história lenta*, São Paulo, Hucitec, 1994, p.12). À concentração da propriedade da terra equivale a concentração do poder econômico, político, social, cultural em mãos de poucos, e a consequente exclusão das maiorias empobrecidas, tidas como partícipes do Brasil mas

As revoltas populares que sempre eclodiram no campo (como também na cidade), desde o período colonial, testemunham a sistemática exclusão. Guardadas as devidas distâncias no tempo e no espaço, sempre estiveram presentes as condições históricas que produziram Canudos e, depois (para não falar de antes), Contestado (fronteira Paraná/Santa Catarina, 1912–16), Revolta do Sudoeste do Paraná (1957 — há 40 anos!), Trombas e Formoso (Goiás, 1948–64), Caldeirão (Ceará, 1926–36), Pau de Colher (Bahia, 1936–38) e, num outro patamar de organização política, as Ligas Camponesas (Pernambuco–Paraíba, 1954–



Menino pescador do Açude do Cocorobó

recicladas nos “ideais republicanos”. Há quem defenda que Canudos deu à nascente e titubeante República a oportunidade de, pelo violento massacre, afirmar-se definitivamente. Para tanto valia a estigmatização dos conselheiristas como fanáticos monarquistas.

Nascido sob o signo do latifúndio, o Brasil nunca se livrou dele, do que representa como sistema político em que a sociedade é criada, dominada e



Evanandro Teixeira
Açude do Cocorobó

Lutadores e luta de Canudos continuam com mesmas e novas faces — lavradores e pescadores

na condição de “cidadãos de segunda categoria”, às quais se têm sistematicamente negado os reais direitos da cidadania. Ainda hoje é assim, *vide* a “bancada ruralista” e a aliança PFL-PSDB que sustenta o atual governo, *vide* as levas de desempregados e desprotegidos sociais jogadas a cada dia pelos campos e ruas, em nome de planos macroeconômicos... Como tem sido assim ao longo de nossa breve e penosa história.

64). E, mais recentemente, da Nova República para cá, os movimentos das *ocupações* de terra, como o MST, e episódios “à la Canudos”, como Corumbiara (Rondônia, 1995) e Eldorado dos Carajás (Pará, 1996). Todas manifestações camponesas pela terra e por condições de vida digna na terra. Todas duramente reprimidas.

Na mesma trilha sinistra caminha o atual governo, apesar de toda boa vontade (e de todo *marketing*) social-



Ruínas do cemitério da velha Canudos

Evandro Teixeira

CANUDOS PASSO A PASSO

1828 – Nascimento de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel), em Quixeramobim (CE).

1876 – Conselheiro, já peregrino e pregador, é preso no sertão da Bahia, 20 anos antes do início das lutas em Canudos. Recambiado para o Ceará, é posto em liberdade e volta à Bahia.

1877 – Registra a tradicional *Folhinha Laemmert*: “Apareceu no sertão do Norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares”.

1882 – O arcebispo da Bahia determina que não permitam pregações de Antônio Conselheiro em suas freguesias.

1893 – Conselheiro, com cerca de 200 seguidores, fixa-se em Canudos, uma fazenda em ruínas.

4 de novembro de 1896 – Envio da primeira expedição contra Canudos: cem soldados e um médico, sob o comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira.

21 de novembro – Os jagunços atacam a expedição em Uauá. Perdem 150 homens. A força expedicionária, com 10 mortos, 16 feridos e o médico enlouquecido, bate em retirada.

25 de novembro – Segunda expedição, sob o comando do major Febrônio de Brito: mais de 500 praças, 11 oficiais e três médicos.

18 de janeiro de 1897 – Primeiro com-

bate da nova força, que mata 115 jagunços e tem quatro mortos e mais de 20 feridos.

19 de janeiro – Segundo e terceiro combates. Morrem mais de 300 jagunços. A força se retira, com quatro mortos e mais de 30 feridos.

3 de fevereiro – Moreira César embarca com a terceira expedição.

20 de fevereiro – A expedição — mais de 1.200 homens — chega a Monte Santo.

2 de março – Moreira César é mortalmente ferido durante ataque ao Arraial de Canudos.

3 de março – Morte de Moreira César. **5 de abril** – Organiza-se a quarta expedição, sob o comando do general Artur Oscar. São seis brigadas em duas colunas: mais de 4.200 homens, efetivo que depois dobraria.

25 de junho – O general Savaget é ferido em combate, em Cocalobó.

18 de julho – Assalto a Canudos.

24 de agosto – Bombardeio das igrejas de Canudos.

16 de setembro – Chegada de Euclides da Cunha a Canudos.

22 de setembro – Morte de Antônio Conselheiro.

1 de outubro – Assalto final.

2 de outubro – Entregam-se os últimos prisioneiros: mulheres, velhos e crianças.

5 de outubro – São mortos os últimos quatro defensores de Canudos.

6 de outubro – Exumação do cadáver de Antônio Conselheiro.

Fonte: Jornal do Brasil, 14/9/1997.

Conselheiro e conselheiros revividos para redimir uma chaga social ainda aberta — romarias de milhares e muita reza



Estátua do Conselheiro, Alto Alegre

democrata. Conforme os registros da Comissão Pastoral da Terra, entre 1995 e 1996 foram 1.304 conflitos no campo, envolvendo 1.316.220 pessoas, com 95 lavradores assassinados (mais 22 até meados de setembro de 1997). Foram 998 os mortos na luta pela terra nos últimos doze anos, até o momento. Lutas de ontem e de hoje, as mesmas. Sinais, às avessas, da não menor capacidade de resistência, combatividade e utopia dos trabalhadores rurais brasileiros.

Passam os anos, viram-se séculos, a República passa de Primeira para Segunda, de Velha para Nova; alternam-se ditaduras e democracias, militares e civis; os social-democratas tornam-se neoliberais... E a questão social continua sendo tratada como “caso de polícia”, quando não de “segurança nacional”. E ao crescente desejo popular de vida digna, participação e cidadania responde-se, como em 1897, com a força bruta. Porque é a única que consegue dar solução sem resolver o problema fundamental: *solução final*, extermínio — como fizeram os nazistas de Hitler, como an-

tes os degoladores dos canudenses aprisionados, como hoje a PM... Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, os massacres de índios, posseiros e sem-terra — os “bósnios” do Brasil, prejulgados e condenados à “limpeza étnica” — estão a ritualizar a passagem da chacina ao *genocídio* (“Massacre, rito de passagem ao genocídio”, in: *Pastoral da Terra*, n.143, Goiânia, CPT, jun. 1997, pp.10-11).

CANUDOS REVISITADO PELAS VÍTIMAS

Mas não é apenas como massacre fundamental da “terra-mãe gentil” que Canudos está sendo lembrado. Desde

dica importantes facetas da sabedoria sertaneja e sua forma própria de encarar a vida e o tempo” (*Arqueologia histórica de Canudos*, Salvador, Uneb, 1996).

A mensagem de Canudos fica cada dia mais atual e necessária. Atravessa os tempos e faz seguidores a ousadia dos conselheiristas, de recriar, nas entradas do latifúndio respaldado pela República, a comunidade dos primeiros cristãos, onde a única lei era a do amor, pela qual — ainda que entre eles houvesse comerciantes bem-sucedidos — os bens eram partilhados em benefício de todos. A bandeira fin-

cada para sempre no coração do Brasil continua a atrair os pobres e desvalidos. Porque lhes ensina a única lição possível: a eles só resta resistir e insistir na vida, contra os poderes da terra, porque — dizia Antônio Conselheiro — “só Deus é grande”. É essa fé, de um povo que não separa religião e vida, crença e luta, que move ainda hoje centenas, milhares, milhões de brasileiros pelos vastos sertões deste latifúndio chamado Brasil, a lutar pela terra e pelo direito à vida digna na terra.

Só uma verdadeira reforma agrária e agrícola, a que nunca foi feita, aquela que definitivamente democratize o direito de propriedade e abra caminho para a efetivação dos demais direitos da cidadania — que não são concessões mas conquistas — poderá evitar que outros “Massacres de Canudos” se repitam. Embora Canudos continue para sempre a chaga que dói no peito do Brasil.



Evandro Teixeira

Romaria dos Mártires, Açude do Cocomobó

o início dos anos de 1980, vem-se desenvolvendo na região um movimento pelo resgate e atualização da mensagem de Canudos. Vencendo o preconceito e o medo nela inculcados, a população remanescente, por meio das organizações sindicais, associativas e pastorais, vem recuperando a experiência bem-sucedida de vida social e produtiva adaptada ao semiárido.

Importante testemunho veio recentemente dos estudos arqueológicos da Uneb: “Aparentemente sitiados pelo exército, os canudenses contaram na realidade, durante toda a campanha militar, com o eficaz sistema de produção e abastecimento, o que nos in-



Evandro Teixeira

Romaria dos Mártires, ruínas da segunda Canudos submersa pelo Açude do Cocomobó

SÍNODO DOS BISPOS PARA A AMÉRICA

ENTRE O PESSIMISMO E A ESPERANÇA

J. B. Libânio

Às vésperas do Sínodo dos Bispos para a América, a preocupação é de que questões eclesiásticas e sobretudo doutrinais passem por cima das discussões sobre o papel da Igreja diante das dificuldades sociais, econômicas e políticas por que passam os países do Continente

OSínodo dos Bispos para a América é uma reunião — que será realizada em Roma de 16 de novembro a 12 de dezembro deste ano — fundamentalmente de bispos católicos das três Américas, eleitos por suas respectivas conferências, além daqueles que o papa João Paulo II pessoalmente escolhe ou que vão por direito outorgado. Diferentemente dos outros sínodos de bispos, este não trata de um tema de interesse de toda a Igreja Católica universal, mas da região em função da qual foi convocado, no caso a América. Já houve um para a Europa e outro para a África.

O Sínodo dos Bispos é uma forma de participação relativamente nova no governo da Igreja Católica. Tem a função de ser uma assessoria consultiva de alto nível e de maior representatividade para o governo central da Igreja Católica, com certa periodicidade. Foi instituído logo depois do Concílio Vaticano II, em 1965, por Paulo VI, dentro do espírito de colegialidade. Alguns sínodos temáticos, como os sobre a justiça no mundo (1971) e sobre a evangelização (1974), tiveram

repercussão muito ampla e positiva. Outros trataram de assuntos mais internos e disciplinares da Igreja Católica, cujo alcance foi bem restrito.

O Sínodo para a América já tinha sido sugerido por João Paulo II na inauguração da Conferência do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo (1992), com a finalidade de “promover a cooperação entre as diversas igrejas particulares nos vários campos da ação pastoral e onde (...) sejam enfrentados também os problemas relativos à justiça e à solidariedade entre todas as nações da América”.

Já foram eleitos os bispos brasileiros que, na sua maioria, representam uma linha aberta. Para a presidência, foram nomeados os cardeais Eugênio de Araújo Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, e Roger Michael Mahony, arcebispo de Los Angeles.

Logo de início, fez-se uma consulta às Conferências Episcopais e a outros setores da Igreja com o objetivo de definir um tema de importância contemporânea de interesse universal e de caráter urgente. Diante das sugestões, o papa decidiu pelo tema “Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América”. No coração do tema, está a preocupação pela centralidade de Jesus Cristo vivo. Todos sabemos que hoje um dos temas candentes no diálogo inter-religioso é precisamente a centralidade de Cristo, vista do lado cristão como ponto inegociável, e por outras religiões como empecilho quase insuperável para o diálogo. Nisso estamos.

AFIRMAÇÃO DE POSIÇÕES OFICIAIS

Em seguida, elaborou-se um “Lineamenta”, acompanhado de um questionário. Estranhamente, o próprio documento dava mais importância a responder às perguntas do questionário do que a reagir ao seu conteúdo. Trata-se de um texto de 80 páginas em que se aborda de maneira ampla e complexiva a evangelização. Em estilo bem romano, o documento está semeado de citações de outros documentos eclesiásticos (74), e mais da metade delas de João Paulo II (39), evidentemente não contabilizando as da Escritura. Impressiona a ausência da patrística, com três citações somente.

A abundância de citações revela o espírito de um texto que quer firmar posições oficiais já assumidas e menos abrir espaços novos, embora se possa dizer que a abertura não vem tanto do documento quanto das respostas às perguntas que levanta.

Responderam ao questionário de toda a Igreja do Brasil: 23 (arquidioceses, prelazias (de 248); 27 bispos pessoalmente, 4 instituições e 14 pessoas individualmente. Esse dado já exprime claramente a inércia, desconhecimento ou mesmo descrédito diante da eficácia de uma colaboração. Paire, nesses casos, a suspeita fundada ou não de que se trata de jogo com cartas marcadas e por isso não adianta esforçar-se por oferecer sugestões.

Apesar dessa fraca ressonância da “Lineamenta” e das relativas escassas respostas, o assessor da CNBB Cleto Caliman preparou um relatório que as sintetizou. Desse primeiro trabalho, apareceram já claramente não só as lacunas do texto, mas também um certo espírito predominante. O fato de apresentar o termo América no singular denuncia um desejo de

olhar pastoral sobre a situação econômica, política, cultural e religiosa do Continente com os novos desafios à espera de tomadas de posição da Igreja. No momento, está-se à espera propriamente do “Instrumento de Trabalho”, a ser elaborado pela comissão preparatória do sínodo, levant

ações comuns que possam, pelo menos, minimizar essa influência negativa e poderosa da nação norte-americana sobre o resto das Américas. Tais ações, planejadas aqui e lá simultaneamente, poderão exercer enorme peso sobre a opinião pública e por meio dela influenciar as políticas econômicas e culturais de ambos os lados. Basta observar como as denúncias das escandalosas violações dos direitos humanos contra as crianças, nos presídios, cometidas sobretudo pelas polícias, têm tido repercussões internacionais tais que o governo brasileiro não pode deixar de tomar medidas sociais.

Ora, se as igrejas do Continente organizarem, por ocasião do Sínodo, uma rede de pressão internacional em defesa dos direitos humanos, da causa dos pobres, sobre todos os países simultaneamente, poder-se-ão dar passos importantes no campo da justiça social. Além da pressão política, é possível também criar estruturas continentais que apóiem logística e economicamente iniciativas carentes de recursos, sobretudo vinculadas com os meios populares.

O risco de não dar em nada vem do perigo de restringir-se unicamente a questões eclesiásticas e sobretudo doutrinais, como se estas fossem as mais relevantes no momento para a Igreja e para a humanidade. Tudo vai depender com que espírito de liberdade e autonomia irão a Roma os bispos do Sínodo e com que horizontes tratarão os problemas. Se no centro estiver a vida dos habitantes desse gigantesco continente americano, cristão em sua imensa maioria, mas onde, para escândalo de todos, se encontram as mais absurdas injustiças sociais, o evento poderá ser o início de uma ação consistente e significativa em prol da justiça. Estas são as nossas esperanças!

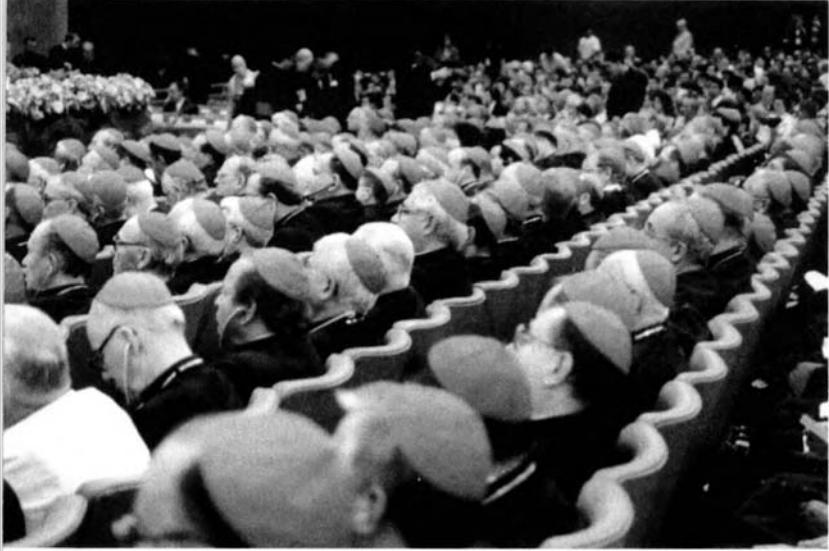
acentuar os pontos comuns e não as divergências, tão gritantes no campo político-econômico e cultural. A amplitude da temática favorece a diluição das questões, tendendo para generalidades inócuas. O afastamento do método ver-julgar-agir, tão característico da tradição eclesial da América Latina, conota uma menor atenção à realidade social e uma acentuada dogmatização do texto. Não é de se estranhar, pois, que temas absolutamente urgentes no momento atual como uma análise do sistema neoliberal, o nosso tipo de teologia, as Comunidades Eclesiais de Base, a nova consciência da mulher na sociedade e na Igreja, a originalidade da vida consagrada, a tradição martirial e outras questões praticamente são desconhecidos.

Além dessa síntese, a CNBB preparou um texto, fruto de um seminário de estudos, com pequenos acréscimos. Este subsídio responde mais à tradição de nossa teologia e pastoral libertadora, dando maior espaço a um

EXPECTATIVAS REALISTAS

Que se pode esperar deste Sínodo? Se olharmos exclusivamente para as últimas realizações sinodais, não há espaço para muito otimismo. No entanto, ele tem uma novidade — e aí pode residir a esperança. As relações entre a América do Norte e o resto da América Latina no campo econômico, político e cultural são de dominação. Até o presidente Fernando Henrique Cardoso, recentemente, embarcou no modelo americano, elogiando-o. No entanto, por pior que tenha sido o capitalismo nas suas origens europeias, foi lá que assumiu, sob a forma de Economia Social do Mercado, uma face menos desumana, enquanto nos Estados Unidos ele se entregou à mais violenta privatização.

Ora bem, os bispos de todo o Continente terão chances de discutir



Douglas Mansur/InCamera

J. Batista Libânia é teólogo católico e autor de *Pastoral numa sociedade de conflitos* e *Eschatologia cristã: o novo céu e a nova terra* (Editora Vozes).

O NOME

Meu amigo Amilcar Herrera é um homem sábio. Isso é surpreendente, considerando-se que ele é um cientista. O fato é que ciência e sabedoria são coisas muito diferentes. Ciência é conhecimento do mundo. Sabedoria é conhecimento da vida. A exuberância do conhecimento científico vai, freqüentemente, lado a lado com uma total penúria de sabedoria. Nisso o conhecimento científico pode ficar parecido com aquela praga conhecida pelo nome de “erva de passarinho”, uma parasita terrível que se aloja nos troncos das árvores e, à medida que cresce, a árvore morre. Estou cansado de ver PhDs tolos.

Uma das características das palavras do sábio é que elas sempre nos surpreendem. Guimarães Rosa cita um intrigante aforisma que diz assim: “Aquilo que vou saber sem saber eu já sabia.” Pois é justamente isso que o sábio faz. A gente já sabia. Mas não sabia. Sabia sem palavras. Aí o sábio abre a boca e a gente se surpreende por ouvir dito aquilo que já morava adormecido no silêncio do corpo.

O Amilcar falou e eu me surpreendi. Ele me disse: “Rubem, eu tenho um sonho. Sonho que, um dia qualquer, vou acordar e vou ter esquecido o meu nome. Quem sou eu? — vou me perguntar. E não saberei o que responder. Não terei memória do meu nome. O ruim é quando a gente esquece o nome mas os outros continuam a saber quem somos. Aí os psiquiatras dizem que tivemos um ataque de amnésia. E tratam de nos curar, de fazer-nos lembrar o nome para que saibamos quem somos. O nome é uma gaiola onde o que somos mora. Declaram-nos curados quando o nosso ser aparece de novo dentro da gaiola. Bom seria se os outros também se esquecessem do nome da gente. Aí eles teriam perdido a memória da gaiola que prendia o nosso ser. E o nosso ser se transformaria em pássaro, e voaria livre por espaços por onde nunca havia voado. O nome é uma prisão.”

É preciso confessar que não foram essas, precisamente, as palavras do Amilcar. Faz muito tempo que tivemos essa conversa. Mas foram essas as associações que sua declaração provocou em mim. E isso

que ele falou, coisa na qual eu nunca havia pensado, foi para mim uma revelação. Vô, repentinamente, o que eu nunca tinha visto. É isso mesmo. Nomes são gaiolas. Neles se guardam as coisas que fizemos. Existem até os currículos, gaiolas de papel e letras em que, sob o nome, se colocam as coisas que já fizemos. Aí, com base naquilo que já fizemos, as pessoas e nós mesmos imaginamos aquilo que se pode esperar da gente.

Peirce, lógico respeitável, no seu ensaio sobre “Como tornar claras as nossas idéias”, nos oferece a seguinte fórmula para nos ajudar a ter clareza sobre a natureza de um objeto qualquer: “Considere quais os efeitos práticos que imaginamos que esse objeto possa ter. Então, a soma desses efeitos é o que é o nosso conceito desse objeto.” Exemplificando: o objeto “galinha” que efeitos práticos, em nosso pensamento, são invocados por esse nome? Respondo: caca-jo, ninho, ovo, cocô, ciscar na terra, molho par- do, canja, etc. Esses efeitos práticos, somados, são aquilo que, na minha cabeça, está contido dentro do nome “galinha”. Aí eu pergunto: “Como foi que cheguei a associar esses efeitos práticos ao nome galinha?” Resposta: “Pela minha experiência passada com essa entidade penosa cacarejante. O nome, assim, é um saco onde se deposita a experiência passada. E é baseado nessa experiência que se conclui sobre o que esperar no futuro. Ninguém vai imaginar que uma galinha vai cantar como pintassilgo, nem que vai botar ovos azuis, e nem que vai fazer ninhos parecidos com os dos beija-flores. Galinha é galinha, para todo o sempre. Está dito no nome.

Isso que foi dito sobre a galinha vale para tudo. Para as pessoas também. Quando o meu nome é pro-nunciado, eu sou imediatamente informado do que fiz, no passado. E, ao ser informado, pelo som enfeitiçador do meu nome, daquilo que fiz no passado, sou também informado do meu ser e daquilo que se espera de mim no futuro. O nome, assim, me obri-ga a ser de um jeito que se espera. O nome contém o programa do meu ser.



Cesar Lapa

O Amilcar sabia das coisas. Imagino que aquela confissão, “Sonho que, um dia qualquer, vou acordar e vou ter esquecido o meu nome...”, nasceu de uma dor, a mesma dor que o Álvaro de Campos colocou num verso — “Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que os desejos dos outros fizeram de mim” — ele acorda de manhã, com vontade sei lá de quê — há pessoas cuja presença numa feira ou numa igreja é impensável — não combina, o lindo cirurgião de roupa branca, ele é impensável numa feira, comprando cebolas, de bermuda sandálias — e também não se pode imaginar que o professor de economia ateu confessou se ponha a chamar por Santa Bárbara no meio da tempestade de raios (sobre as invocações à Santa Bárbara vale ler o Alberto Caeiro) — pois imagino que o Amilcar acordou com um desejo estranho qualquer, não previsto no seu nome, desejo que nunca tivera, ou que sempre tivera mas cujo reconhecimento fora sempre proibido pelo seu nome. Mas logo veio a interdição: “Essa ação não é permitida pelo nome Amilcar Herrera. Esta ação não está prevista no programa Amilcar Herrera.”

Compreendi, então, o curioso costume de um povo primitivo que sempre dá dois nomes às pessoas. O

primeiro deles é o nome igual ao nosso, anunciado, falado, escrito, conhecido, a gente grita o nome e a pessoa responde, o nome é falado e todo mundo sabe sobre quem estamos falando. O outro nome só a própria pessoa sabe. O primeiro nome é nome falso, apenas para efeitos práticos, uma maneira socialmente necessária. O outro nome, secreto, é o lugar onde mora o meu ser verdadeiro, que é muito diferente do outro. Assim, por meio desse artifício, todo mundo sabe que ninguém está preso dentro de uma gaiola de sons, que não se pode exigir que a pessoa seja, no futuro, aquilo que foi guardado no saco do nome, no passado. Cada pessoa tem, dentro de si, um segredo, um mistério. Cada burrinho pedrês tem, dentro de si, um cavalo selvagem. Cada pato doméstico tem, dentro de si, um ganso selvagem. Cada velho tem, dentro de si, uma criança que deseja brincar.

Acho que era isso que o Amilcar estava dizendo: “Se eu esquecer o meu nome e se os outros não exigirem que eu continue a ser o que sempre fui, então alguma coisa nova poderá nascer da velha: uma fonte do deserto. Afinal de contas, esta é a suprema promessa do evangelho: que os velhos nascerão de novo e virarão crianças.”

GTME: SERVIÇO MISSIONÁRIO DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS INDÍGENAS

Jonas Furtado do Nascimento

Num país em que 60% das 510 áreas indígenas são atingidas por correntes missionárias — a maioria com uma postura conservadora —, o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) marca presença por meio da pastoral da convivência e da missão de solidariedade

As tentativas de cristianização dos povos indígenas no Brasil foram constantes e variadas. Passo a passo com a colonização, ocorreram as reduções dos jesuítas, as missões salesianas, mercedárias, capuchinhas e franciscanas. Durante todo esse tempo, num processo de dominação legitimado pelas missões, os mais de setecentos povos existentes quando da chegada dos cristãos europeus foram reduzidos hoje a cerca de duzentos. A população originária foi dizimada de 5 milhões a 325 mil pessoas contadas atualmente. Por isso, é temerário reconhecer que tenha havido evangelização — boas notícias para esses povos. Houve, sim, a imposição da religião cristã nos moldes de religião justificadora da dominação.

Atualmente, cerca de 60% das 510 áreas indígenas do Brasil são atingidas, de alguma forma, pelas mais diversas correntes missionárias católicas e evangélicas. Há também missões Baha'i, kardecistas, do reverendo Moon e outras. Entre os evangélicos, há uma dominante presença conservadora-

fundamentalista e uma recente prática do que se convencionou chamar “pastoral de convivência” ou “missão de solidariedade”. Nessa nova prática, defende-se a espiritualidade própria das comunidades indígenas e evita-se a imposição da cultura ocidental ou a substituição da fé tradicional pelo cristianismo. Reconhece-se também a culpa histórica das igrejas e tenta-se fazer a reparação dos danos no que ainda for possível.

Ecumenicamente, vem acontecendo um profícuo diálogo entre fé cristã e religiosidade tradicional. Em 1994, na Aldeia Central Pakuera do Povo Bakairi, município de Paranatinga (MT), aconteceu o Primeiro Encontro sobre Fé Cristã e Religiosidade Indígena, com lideranças que já incorporaram o cristianismo e lideranças tradicionais. Os resultados foram considerados excelentes por todos os presentes.

Assim, reconhecendo uma história

de desserviço e intolerância dos cristãos para com os povos nativos — o que desautorizou quase que irremediavelmente o próprio Evangelho —, os novos missionários e missionárias recuperaram a credibilidade da mensagem cristã no silêncio humilde, no aprendizado dos valores, no reconhecimento das contribuições desses povos para a humanidade e na ação persistente e ousada das lutas com os índios por terra, cultura, saúde e paz.

PASTORAL INDIGENISTA

A prática autoritária do passado das igrejas impediu o surgimento de um cristianismo autóctone. Portanto, no Brasil, ao invés de pastoral indígena, composta por igrejas indígenas, vemos desenvolver-se agora a pastoral indigenista, num movimento que reúne as práticas de cristãos e cristãs em favor da dignidade, dos direitos e da afirmação da vida dos povos indígenas.



Celebração de encerramento da Assembléia do GTME, 1996

João Luís Ferreira

TRIBUNAS PELA CAUSA INDÍGENA

Nestes 18 anos de trabalho do GTME, os membros têm-se esforçado por desenvolver em cada espaço eclesiástico um organismo interno, com maior ou menor formalidade, que sirva de tribuna para a questão indígena. Assim, respondem em suas igrejas pelos desafios da causa indígena nos seguintes grupos: Conselho de Missão entre Índios (Comin) – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Pastoral Indigenista Anglicana (PIA) – Igreja Episcopal Anglicana; Grupo de Trabalho Indígena (GTI) – Igreja Metodista; Pastoral Presbiteriana Indigenista (PPI) – membros da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), Igreja Presbiteriana Independente (IPI) e Igreja Presbiteriana Unida (IPU).

Também têm surgido nos últimos três anos grupos de leigos(as)

evangélicos(as) e, em alguns casos, grupos ecumênicos de apoio aos povos indígenas. São grupos urbanos, denominados GAIs (Grupos de Apoio aos Índios), de estudantes e profissionais cristãos que tentam articular ações de defesa dos índios a partir das cidades. Muitos têm nascido dos Encontros de Iniciação do GTME ou do esforço dos(as) missionários(as), membros do GTME. Representam uma nova demanda de informações e formação.

As áreas de atuação se caracterizam em seis frentes:

Educação: Apoio aos processos de educação indígena-escolar e não-escolar, promovendo cursos de qualificação para os agentes, respeitando as características de cada povo;

Saúde: Apoio aos agentes indígenas de saúde, seja assessorando cursos, em vários momentos em parceria com órgãos governamentais, ou ainda num trabalho direto com os

agentes indígenas de saúde em suas aldeias;

Economia: Apoio no sentido de encontrar recursos e alternativas econômicas face às graves interferências da economia capitalista no modo tradicional de produção indígena;

Organização: Apoio às formas tradicionais de organização dos povos indígenas e incremento de novas formas de organização política na complexa relação com a sociedade branca;

Jurídico: Assessoria às comunidades indígenas no manejo dos recursos do mundo branco, para fazer valer seus direitos continuamente desrespeitados;

Terra: Apoio especial na luta pela garantia dos territórios indígenas, elemento essencial para que os povos indígenas possam sobreviver dignamente.

Fonte: GTME

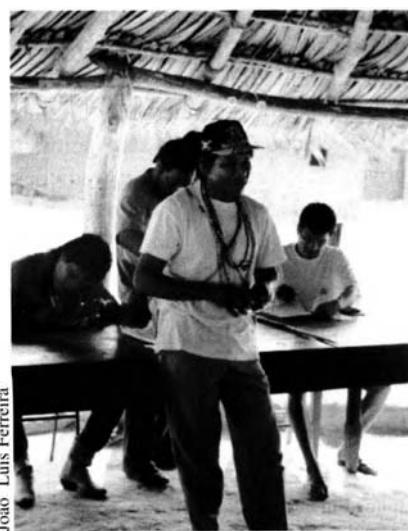
O Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) nasceu em 1979, fruto de um encontro de pessoas das várias igrejas preocupadas com a missão da Igreja no Brasil. Sentia-se uma distância daqueles que estavam envolvidos com missões e que, especialmente, trabalhavam nas novas frentes de expansão para o extremo oeste do Brasil (Mato Grosso, Rondônia e

Acre). A idéia era: “precisamos nos reunir, precisamos nos conhecer”. O tema do primeiro encontro foi “A presença evangélica nas fronteiras internas do País” e reuniu 36 representantes das Igrejas Metodista, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Presbiteriana e Anglicana.

Eis que surge o GTME, com a proposta de desenvolver o conceito de missão de solidariedade e pastoral de convivência. Ou seja, procuramos diferenciar evangelização de evangelismo: aquela consiste em levar a boa notícia de Jesus a uma realidade diferente, com a qual temos que aprender sempre; o evangelismo é campanha, é ação de mão única, de imposição. Quando entendemos que evangelização é boa notícia, acreditamos que quem deve definir qual é a boa notícia é o receptor e, então, veremos se temos condições de atender a essas demandas. Atuamos de acordo com a necessidade de determinado povo em projetos de educação, saúde, defesa da terra, organização política e projetos econômicos de auto-sustentação.

Na missão com povos indígenas cremos que, muitas vezes, tem lugar a denúncia profética contra aquelas pessoas e/ou estruturas que tentam usurpar o direito indígena. Nossas atividades principais são: assessoria, informação e capacitação no campo indigenista. Para concretizá-las, realizamos alguns projetos, entre os quais incluem-se:

- Programa de Formação para missionários e membros de igrejas por meio de cursos (de iniciação, de aprofundamento e de preparo para o trabalho em áreas indígenas) e encontros;
- Programa de Informação, que consiste na produção do boletim “Tupari” (informativo trimestral que busca informar sobre as atividades da entidade e de seus membros, tratar de assuntos candentes relativos aos povos indígenas e veicular informações sobre os povos indígenas e assuntos afins), materiais para a semana do índio e outros;
- Programa de Apoio à Mobilização Indígena, que consiste no encaminhamento de pequenos projetos para fi-



Encontro “Fé cristã e religiosidade indígena”

EQUIPES MISSIONÁRIAS EM ÁREA

Cidades em que estão sediadas	Povos junto aos quais atuam	Igrejas responsáveis
Boa Vista/RR	Macuxi	Metodista
Tefé/AM	Vários povos	IECLB
Eirunepé/AM	Kulina Kanamari	IECLB Metodista
Rio Branco/AC	Kulina	IECLB
Porto Velho/RO	Povos de Rondônia Assessoria jurídica	IECLB
Cacoal/RO	Suruí, Zoró e Cinta Larga	IECLB
Pimenta Bueno/RO	Sakirabiar	GTME
Cuiabá/MT	Bakari Sede do GTME	GTME
Ponta Porã/MS	Guarani-Kaiowá	Metodista
Frederico Westphalen/RS	Kaingang e Guarani	IECLB
São Leopoldo/RS	Mbýá-Guarani Assessoria jurídica	IECLB
Ibirama/SC	Xokleng, Guarani e Cafuzos	IECLB
Resplendor/MG	Krenak	Metodista
Porto Seguro/BA	Pataxó	Presbiteriana Unida/PPI
Fortaleza/CE	Tapeba Tremembé	Metodista Presbiteriana do Brasil
Viamão/RS	Mbýá-Guarani	Pastoral Ind. Ang. PIA



nanciamento e na assessoria direta aos grupos indígenas.

Nestes anos de história, vêm-se juntando, na missão de solidariedade e na convivência respeitosa, luteranos, presbiterianos, anglicanos e metodistas, que somam esforços na divulgação da realidade e dos direitos indígenas e na sensibilização das igrejas evangélicas quanto ao sofrimento que aflige as sociedades indígenas e a riqueza dessas civilizações construídas ao longo de milênios. Buscam, assim, resgatar a tradição reformada de indignação pessoal, responsabilidade e compromisso diante da vida ameaçada.

Como pastoral aborígene do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o GTME tem-se firmado junto às igrejas como fórum de cooperação entre os(as) missionários(as), orientador das linhas de solidariedade e formador de pessoal para as atividades específicas com os índios. Também tem-se empenhado, por meio de cursos, encontros e publicações, pelo desenvolvimento de uma cultura de solidariedade aos indígenas e conseguido levar os(as) evangélicos(as) a participarem das iniciativas da sociedade civil brasileira por políticas que efetuem o reconhecimento e o respeito às nações originárias. Para melhor articulação com as entidades da sociedade civil, o GTME é filiado à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong).

Ao aproximar as igrejas evangélicas nas ações conjuntas de serviço aos índios, tem-se fortalecido a consciênc-

cia de que é necessário abandonar a forma oportunista de missão proselitista, que é alheia à cultura e à realidade dos povos alcançados, que não tem disposição profética e que acaba sendo presa do confessionalismo que divide os cristãos e que empobrece e ofende o Evangelho, convertendo índios ao modelo de civilização ocidental. Precisa-se reconhecer as diferentes revelações de Deus em meio aos povos de outras crenças e tradições. Qualquer serviço missionário deve desafiar-nos à partilha de nossas esperanças e à responsabilidade com o futuro dos povos indígenas, amados e protegidos por Deus, mas ameaçados pela usura e ganância dos poderosos.

Jonas Furtado do Nascimento é coordenador executivo do GTME e pastor da Igreja Presbiteriana Independente.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ

MUITO ALÉM DOS DIREITOS HUMANOS

Francisco Whitaker

Apesar de sua imagem estar associada a uma visão restrita dos direitos humanos, a Comissão Brasileira Justiça e Paz atua em outras frentes para garantir a dignidade e a cidadania da população brasileira

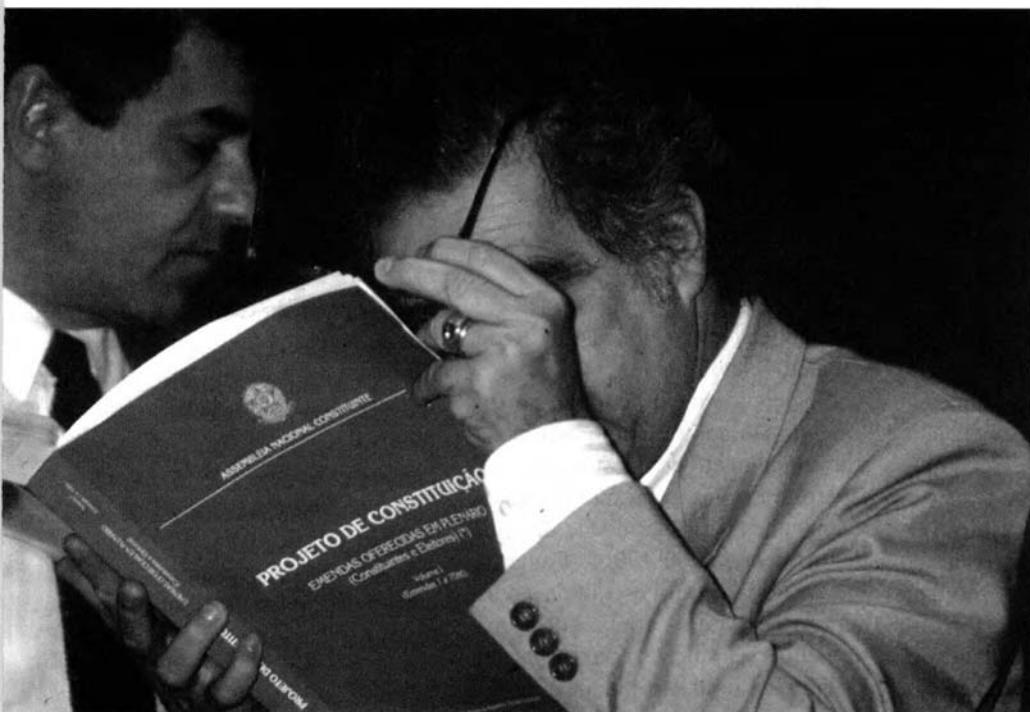
A Comissão Brasileira Justiça e Paz, sediada no Rio de Janeiro desde que foi criada em 1969, transferiu-se em setembro de 1996 para Brasília, começando uma nova etapa de atividades. Seu campo de atuação é amplo, mas sua imagem está ligada, para muitos, a uma visão restrita dos direitos humanos, relativa somente às garantias e direitos individuais e de expressão, organização e ação política.

Isso se explica pela sua própria história. Ela nasceu, no Brasil, como uma extensão da Comissão criada em

Roma após o Concílio Vaticano II. Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, o Concílio indicou que julgava “muito oportuna a criação de um organismo da Igreja universal, com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que promovam o progresso das regiões indígentes e a justiça social entre as nações”. Menos de dois anos depois o papa Paulo VI criou a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, com representantes de todos os continentes, e estabeleceu como sua função o “estudo dos grandes problemas da justiça social, com vistas ao desenvolvimento das nações jovens e especialmente quanto à fome e à paz no mundo” — temas retomados pelo mesmo papa, dois meses depois, na encíclica *Populorum Progressio*.

Em sua primeira reunião a Comissão sugeriu que as Conferências Episcopais nacionais criassem estruturas similares. Ora, no Brasil, em 1968, os bispos voltaram da Conferência de Medellín animados com os resultados obtidos — em que foi cunhada a expressão “opção preferencial pelos pobres” — e resolveram em outubro daquele ano criar a Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Mas a decisão foi tomada às vésperas da promulgação do Ato Institucional nº 5, com o qual o regime militar endureceu sua prática. Em decorrência disso a nova Comissão foi logo levada a cumprir um papel especial de proteção dos perseguidos pela ditadura. Significativo, nesse sentido, é o fato de ela assumir inicialmente o nome de Comissão Pontifícia Justiça e Paz — Seção Brasileira, procuran-



Carlos Carvalho/ Imagens da Terra

A luta no Congresso pela manutenção dos direitos humanos tem sido permanente

A Comissão, criada às vésperas do AI-5, foi logo levada a proteger os perseguidos pela ditadura militar

do se proteger, ao se definir como uma comissão do Vaticano, da repressão militar para poder defender os direitos violentados pelo regime. Pouco depois começaram a se criar, nessa mesma perspectiva, as "regionais" da Seção Brasileira da Comissão.

Já estão em nossa história muitas das gestões da Comissão para proteger perseguidos. E são de todos conhecidas as atitudes corajosas de comissões regionais como a de São Paulo, a partir da ação de dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo dessa cidade, na luta contra a tortura e contra os assassinatos de presos políticos. Dessas atividades nasceram igualmente os mais de 250 Centros de Defesa de Direitos Humanos que existem pelo Brasil afora, a partir de dioceses, de iniciativas ecumênicas ou de entidades da sociedade civil. Com a ampliação da onda de repressão na América Latina, a Comissão articulou o trabalho com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ao mesmo tempo que com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), com o qual iniciou uma colaboração ecumônica numa perspectiva até hoje assumida de forma explícita.

Com o fim da repressão militar, a Comissão — que no final da década de 1970 deixou de ser uma Seção da Comissão Pontifícia para se tornar a Comissão Brasileira — ampliou o campo de preocupações, dentro da sua vocação inicial de animar a presença de cristãos na questão social. Assim, teve uma importante atuação diante do problema da terra e da violência no campo, contribuindo decisivamente para o surgimento da Comissão Pas-

toral da Terra. Porém, em função da enorme gama de desafios sociais que o Brasil enfrenta, a Comissão vem procurando definir mais precisamente sua identidade.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As atuais orientações da Comissão lhe definem três linhas de atuação: enfrentamento de problemas emergenciais; de atuação no médio e longo prazo; e prestação de serviços.

No plano emergencial, logo no início da presente etapa a Comissão decidiu se associar à luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Em dezembro de 1996 promoveu em Brasília uma audiência pública — modalidade de trabalho que tende a ser adotada de forma sistemática — na qual foram ouvidos dez importantes depoimentos, entre os quais o de dom Luciano Mendes de Almeida, divulgado posteriormente

Com a ampliação da onda de repressão na América Latina, a Comissão articula o trabalho com as Nações Unidas e o Conselho Mundial de Igrejas

em publicações e por meio da Rede Vida de Televisão.

Na ação de médio e longo prazo, a Comissão adotou como método o aprofundamento de questões que resultem da reflexão promovida pelas Campanhas da Fraternidade. Assim, dentro do tema de 1996, "Fraternidade e Política", foi escolhida a corrupção eleitoral — compra de votos de eleitores, tipificado como crime no Código Eleitoral. Um "mapeamento" da corrupção eleitoral ocorrida em todo o Brasil nas eleições municipais

de 1996 se completará com audiências públicas em várias regiões. No final deste ano um seminário técnico preparará um projeto de lei modificando a legislação para dar mais eficácia à Justiça Eleitoral, e no decorrer de 1998, paralelamente às eleições, pretende-se colher assinaturas em todo o Brasil para apresentar o projeto como iniciativa popular de lei.

A Comissão considera que dessa forma está atuando para erradicar uma verdadeira chaga de nossa democracia, que desvirtua inteiramente os resultados eleitorais e alimenta o círculo vicioso da miséria: é preciso que exista sempre uma massa de pobres e miseráveis, cujas carências serão "generosamente" atendidas no momento das eleições, para que políticos aproveitadores sejam eleitos e reeleitos.

Com a Campanha da Fraternidade de 1997 sobre os encarcerados, estudam-se hipóteses de trabalho como a do indulto para quem não foi condenado por delito grave e já cumpriu parte da pena, ou a das penas alternativas.

Na prestação de serviços, será importante por exemplo monitorar a tramitação de projetos de lei de iniciativa popular — como o do Fundo Nacional de Habitação, que com mais de um milhão de assinaturas dorme nas gavetas do Congresso.

Todas essas questões serão aprofundadas na Assembléia Geral que a Comissão realizará no fim de outubro, para bem definir seu papel no quadro geral de problemas enfrentados pelo nosso povo e no conjunto de atividades de compromisso social dos cristãos, numa perspectiva ecumônica.

Francisco Whitaker Ferreira é secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz.

DENÚNCIA DOS CAUSADORES DA RUÍNA DO Povo

José Adriano Filho

Os profetas do Antigo Testamento clamaram contra as injustiças da época com ousadia e coragem, correndo riscos até da própria vida. E os profetas de hoje, o que estão dizendo?

Todos usam de falsidade. Curam superficialmente a ferida do meu povo, dizendo: Paz, paz; quando não há paz. (Jeremias 8.10c-11)

No mundo atual a globalização do mercado acontece de forma rápida e radical. A expectativa é de que a economia e o comércio mundial cresçam, produzindo maior benefício para todas as pessoas. Mas, ironicamente, enquanto o mercado global triunfa integrando todos os povos e sociedades, os pobres (cada vez mais pobres), os fracos e a maior parte da população são excluídos dos seus benefícios pelos poderes constituídos e autoridades econômicas. As vítimas já não mais se restringem a uma parte do mundo e são hoje visíveis em todo lugar.

A vitimização dos seres humanos pelo mercado global torna-se hoje um ponto a partir do qual podemos entender os efeitos que a globalização

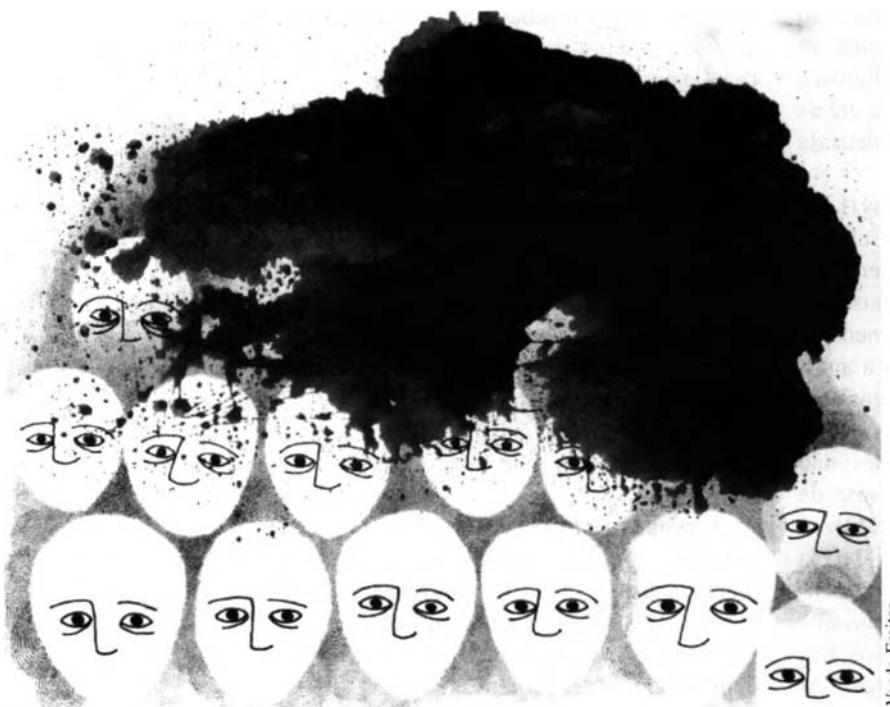
da economia provoca. Neste sentido, torna-se apropriado retornar à Bíblia não só porque muitos dos seus escritos falam à nossa situação, mas também porque na comunidade de fé o povo a busca, convicto de que é uma fonte para o entendimento teológico do momento atual.

A MENSAGEM DOS PROFETAS

Neste artigo centralizaremos nossa atenção no Antigo Testamento, mais especificamente na mensagem dos profetas do oitavo século a.C. A abordagem desse tema a partir dos profetas deve-se principalmente ao fato de que eles denunciaram os causadores da ruína dos fracos. Eles levantaram sua voz contra todo tipo de abuso, toda forma de manter os pobres nesta situação e de criar novos pobres.

É que, em Israel, a profecia expressa a resistência contra o estado, cujo desenvolvimento econômico criou novos grupos e acentuou as distinções sociais. No oitavo século a.C. ela foi marcada por dois grandes acontecimentos. O primeiro, o avanço dos assírios na Palestina (século oitavo a.C.) e o dos babilônios (século sétimo a.C.) quebrou a autonomia dos estados nacionais de Israel e Judá. O segundo, o desenvolvimento tecnológico do Oriente Próximo — o uso do ferro laminado — produziu um novo tipo de exército (“a bota que massacra” — Isaías 9.5). Esse período, marcado pela expansão dos interesses da cidade sobre o campo, implicou tanto na agressividade dos exércitos nacionais, que buscavam alargar as suas fronteiras, quanto numa profunda exploração da população camponesa.

Diante desse contexto e de novos acontecimentos, os profetas referi-



Vanda Freitas

ram-se ao império, mas não privilegiaram a sua ótica. Criticando a opressão nacional, bem como a internacional — pois nesse processo os reis nacionais transformam-se nos intermediários da exploração das potências estrangeiras — representa a perspectiva daqueles que foram “danificados” por aquela sociedade ou tiveram as vidas interrompidas pela sua violência.

Em Amós, os “pobres” são socialmente os camponeses empobrecidos já não totalmente livres, mas que ainda não haviam se tornado escravos. Têm as suas terras, mas de tão pobres que se tornaram são quase expulsos delas. Miquéias fala a partir de uma situação semelhante à de Amós. Mostra em suas palavras a vida explorada do camponês da Sefelá, que é expulso de suas terras por gente “que tem o poder em suas mãos”(2.1), que é explorado de modo radical, até os ossos (3.1-4) e forçado a trabalhar em Jerusalém, uma cidade feita com o sangue do camponês (3.10).

Oséias também nos mostra em suas palavras como o povo é explorado. Em especial, denuncia as violências contra o povo (4.1). Usa o termo “prostituição” para qualificar a situação do povo: a prostituição era a dominação do povo por meio de ritos religiosos em que o produto do campo e até as pessoas pertenciam a Baal, o deus da chuva, da fertilidade.

Isaías denuncia os corruptos (1.10-17). Opõe-se ao culto de Jerusalém e exige uma nova prática: “Atendei o direito do órfão e pleiteai a causa das viúvas” (v.17). Acusa diretamente o estado de cumplicidade com a anarquia junto aos tribunais: “Os seus chefes são bandidos, cúmplices de ladrões, correm atrás de presentes; não fazem justiça ao órfão, e a causa da viúva nem chega até eles” (1.23). O estado há muito esquecera a defesa dos mais fracos; buscava recompensas, aceitava subornos e encobria os desmandos da elite de poderosos. Em 10.1-2 o profeta vai mais longe: “Ai dos que decretam leis injustas, dos

que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos.”

A DENÚNCIA DE DEUS

A corrupção da justiça protegia os que planejavam os abusos, e os que necessitavam verdadeiramente da lei tornavam-se totalmente desprotegidos. Os profetas ocuparam-se com bastante rigor em questionar a injustiça daqueles que deveriam suprimir a injustiça e não o fazem. Isaías fala desses órfãos e viúvas relacionando-os com a administração da justiça num crescendo de gravidade: no início diz que não lhes fazem caso (1.17); depois, que os juízes se desinteressam de sua causa (1.23); por fim, que se interessam por eles, mas para lhes tomar as posses usando leis criadas por eles mesmos (10.2).

Os profetas, ao denunciarem os causadores da ruína dos fracos, afirmaram que o pecado contra o qual Deus intervém é específico: a injustiça e a opressão dos fracos pelos prepotentes.

A sua mensagem é atual. Hoje, o mercado global promove a injustiça econômica entre as nações pobres e ricas, e entre os economicamente fortes e fracos. A ilimitada competição das forças econômicas no mercado global torna a situação social volátil, provocando conflitos violentos. A globalização econômica nos une numa única casa por meio da religião do mercado, o fetiche que devora vidas humanas; o modelo econômico imposto sobre nós justifica o sacrifício dos mais fracos em nome do progresso. É o deus *moloch*, que devora vidas humanas, tornando-se assim feliz.

A propósito, qual deveria ser o papel dos profetas e profetisas hoje, diante de uma sociedade cujos mecanismos de morte permanecem ocultos, virtuais e invisíveis? Como podem as igrejas ser proféticas? A resposta a esta questão indica que não

podemos fechar os olhos diante dessa situação conflitiva. Precisamos discernir os sinais dos tempos e ter a capacidade de indignar-nos e levantar nosso grito de protesto como uma alternativa diante do silêncio cúmplice e da violência extrema da parte da nossa sociedade e das nossas igrejas. Não podemos permanecer indiferentes diante dos mecanismos sacrificiais que cada vez mais aumentam e são aperfeiçoados. Tampouco devemos esquecer o Deus da Bíblia, cuja glória é o *vivens pauper*, os pequeninos que foram escolhidos por Ele para a construção do seu reino, por quem os profetas e Cristo fizeram uma opção.

José Adriano Filho é presbiteriano e integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço.

NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE FAÇA PÓS-GRADUAÇÃO

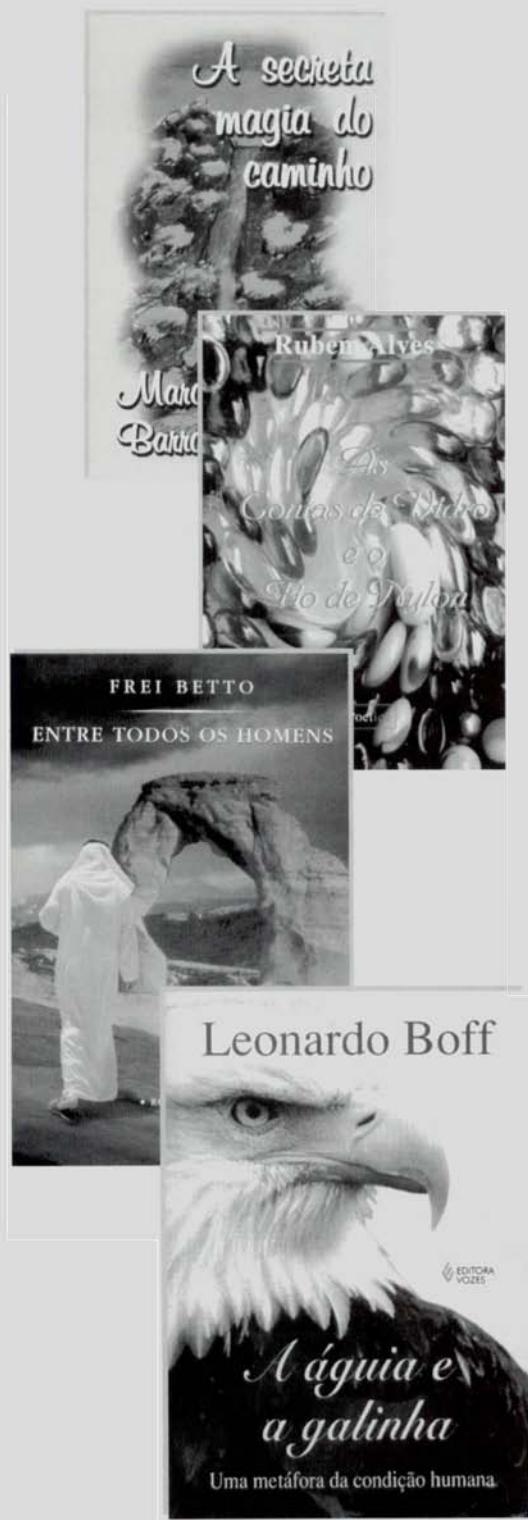
KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço e McCormick Theological Seminary (Chicago-EUA) estão promovendo a segunda etapa do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Teologia e Ministérios.

A nova turma terá o curso ministrado em três módulos intensivos, que serão realizados em fevereiro de 1998, 1999 e 2000, no Estado do Rio de Janeiro. Entre os módulos, os alunos efetuarão leituras e trabalhos acadêmicos supervisionados. Para o primeiro módulo, entre os dias 2 e 20 de fevereiro, além dos professores de Chicago, estão confirmados os nomes de Jung Mo Sung, José Bittencourt Filho, Zwinglio Mota Dias, José Adriano Filho e Odair Pedroso Mateus.

Os interessados devem solicitar ficha de inscrição em KOINONIA e remetê-la juntamente com *curriculum vitae*, certificado de graduação (em teologia ou outro curso superior afim) e R\$ 100,00, correspondentes à taxa de matrícula (cheque nominal a KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço ou comprovante de depósito no Bradesco agência 1745-0 conta 14376-6). As despesas do curso serão assumidas pelos promotores. Os alunos deverão arcar somente com os custos de hospedagem.

Outras informações: KOINONIA
Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230
Rio de Janeiro RJ
Tel. (021) 224-6713 - Fax (021) 221-3016
E-mail: koinos@ax.apc.org.

PARA VOCÊ LER

**A SECRETA MAGIA DO CAMINHO**

Marcelo Barros
Editora Record-Nova Era, Rio de Janeiro, 1997
414 páginas, 14 x 21 cm

“Desde que a Editora Record-Nova Era publicou o romance de Marcelo Barros *A Secreta Magia do Caminho*, muita gente se surpreendeu que um monge escrevesse um romance como esse.

Há mais de vinte anos, acompanho a trajetória desse pernambucano que, quando criança queria ser veterinário de animais selvagens e acabou tornando-se monge beneditino e fundando o primeiro mosteiro ecumênico do Brasil. Marcelo sempre gostou de contar histórias e escreve no estilo oral de quem conversa com amigos. Seu trabalho com grupos bíblicos, lavradores na pastoral da terra e sua experiência de diálogo com pessoas de diversas igrejas e religiões aparecem em dezessete livros publicados. Agora, nos presenteia com seu primeiro romance: *A Secreta Magia do Caminho*.

Contando a história de Joca, nortenho perdido em São Paulo, de Samuel, separado da esposa e em conflito com a Igreja, e de Judite, psicóloga em busca de uma espiritualidade holística, o livro nos envolve em cada página. À medida que vai sendo lido, começa também a “ler” a vida e a busca de quem viaja por suas páginas.

Nesse livro, Marcelo se expõe porque nos revela que a secreta magia do caminho é o seu modo de compreender a vida, sempre vista pelo lado do coração e pensada com ternura. É essa magia afetuosa que nos conduz à festa pascal daqueles que, no escuro da madrugada, celebram a ressurreição de Jesus e do universo e procuram a ‘Comunidade da Paz’ onde pessoas das mais diferentes tradições religiosas e culturais se unem para viver em comum, orar e trabalhar pela paz e pela justiça.” Leonardo Boff

AS CONTAS DE VIDRO

E O FIO DE NYLON
Rubem Alves
Editora Ars Poetica, São Paulo, 1997
109 páginas, 14 x 21 cm

“É assim que eu imagino Deus: como um fino fio de nylon, invisível, que procura minhas contas de vidro no fundo do rio e as devolve a mim, como um colar...”

ENTRE TODOS OS HOMENS

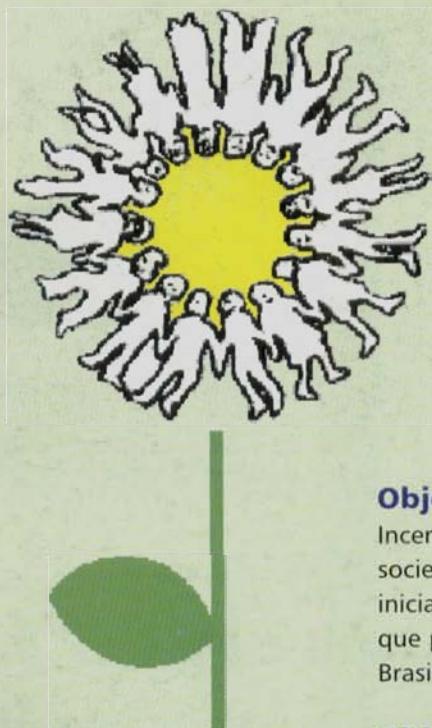
Frei Betto
Editora Ática, São Paulo, 1997
391 páginas, 14 x 21 cm

A partir de sentimentos e desejos presentes em qualquer ser humano, *Entre todos os homens* revela um Cristo mais centrado no amor que na culpa, na justiça que na lei, na liberdade que na disciplina, na solidariedade que na autoridade, na alegria que no “vale de lágrimas”. Baseado em rigorosa pesquisa histórica, Frei Betto resgata dos evangelhos um Jesus de carne e osso, que faz o leitor se emocionar, surpreender-se e, em especial, refletir sobre o sentido da vida.

A ÁGUIA E A GALINHA

Leonardo Boff
Editora Vozes, Petrópolis, 1997
206 páginas, 16 x 21 cm

Cada um hospeda dentro de si uma águia. Sente-se portador de um projeto infinito. Quer romper os limites apertados de seu arranjo existencial. Há movimentos na política, na educação e no processo de mundialização que pretendem reduzir-nos a simples galinhas, confinadas aos limites do terreiro. Como vamos dar asas à águia, ganhar altura, integrar também a galinha e sermos heróis de nossa própria saga? Este livro sugere e projeta um sonho promissor.



Resgate das dívidas sociais

Justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática

3^a SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (1997/1998/1999)

Objetivo geral

Incentivar um processo plural e participativo de reflexão e mobilização da sociedade em torno do resgate das dívidas sociais, valorizando e estimulando iniciativas de solidariedade e conquista de direitos, sobretudo dos excluídos, que possam contribuir na construção de uma sociedade justa e fraterna no Brasil, na América Latina e em todo o mundo.

Objetivos específicos

1. Identificar as dívidas sociais no âmbito local, suscitando alternativas viáveis para superá-las;
2. Assumir, fortalecer e implementar mobilizações nacionais e internacionais, visando ao cancelamento da dívida externa dos países empobrecidos para saldar as dívidas sociais;
3. Atualizar e aprofundar o conhecimento da nova realidade nacional e suas relações mundiais;
4. Estimular a participação popular na elaboração de propostas e na execução de políticas que atendam ao bem comum;
5. Buscar e estabelecer novas relações na vida cotidiana, valorizando as diferentes expressões culturais;
6. Garantir a participação dos excluídos no processo da 3^a Semana Social Brasileira;
7. Abrir espaços para o envolvimento de diferentes forças sociais organizadas;
8. Incentivar a articulação ecumênica em todos os níveis;
9. Contribuir para que a celebração do Jubileu do ano 2000 tenha uma dimensão social, resgatando a esperança e o sentido profético da denúncia e do anúncio.

A 3^a Semana Social Brasileira será realizada em três anos — 1997, 1998 e 1999 —, com eventos de âmbito local, regional e nacional. O grande encontro nacional será em setembro de 1998.

A 3^a Semana Social Brasileira é uma ação ecumênica e todos aqueles que desejem se incorporar nesse processo de resgate das dívidas sociais brasileiras podem obter maiores informações em: